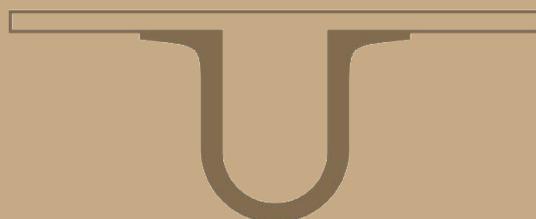




UNIVERSIDADE DE  
COIMBRA



Joana Carolina Abrantes Gomes

## DA CENSURA À CIBERCENSURA:

NOVAS PRÁTICAS PARA VELHAS QUESTÕES

Relatório de Estágio do Mestrado em Jornalismo e Comunicação, orientado pela Professora Doutora Maria Clara Moreira Taborda de Almeida Santos, apresentado ao Departamento de Filosofia, Comunicação e Informação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Outubro de 2020

# FACULDADE DE LETRAS

## DA CENSURA À CIBERCENSURA: NOVAS PRÁTICAS PARA VELHAS QUESTÕES

### Ficha Técnica

<b>Tipo de trabalho</b>	<b>Relatório de Estágio</b>
<b>Título</b>	<b>Da censura à cibercensura</b>
<b>Subtítulo</b>	<b>Novas práticas para velhas questões</b>
<b>Autor/a</b>	<b>Joana Carolina Abrantes Gomes</b>
<b>Orientador/a(s)</b>	<b>Maria Clara Moreira Taborda de Almeida Santos</b>
<b>Júri</b>	<b>Presidente: Doutor José Carlos Costa dos Santos Camponez</b>
	<b>Vogais:</b>
	<b>1. Doutora Inês de Oliveira Castilho e Albuquerque Amaral</b>
	<b>2. Doutora Maria Clara Moreira Taborda de Almeida Santos</b>
<b>Identificação do Curso</b>	<b>2º Ciclo em Jornalismo e Comunicação</b>
<b>Área científica</b>	<b>Jornalismo e Comunicação</b>
<b>Especialidade/Ramo</b>	<b>Profissional</b>
<b>Data da Defesa</b>	<b>02-12-2020</b>
<b>Classificação do Relatório</b>	<b>18 valores</b>
<b>Classificação do Estágio e Relatório</b>	<b>18 valores</b>



*"If I had to choose between  
government without newspapers,  
and newspapers without government,  
I wouldn't hesitate to choose the latter."*

*Thomas Jefferson*

## **Agradecimentos**

Aos meus pais, primeiro que tudo, porque graças a eles pude continuar os estudos na área que tanto gosto. Obrigada pelos conselhos e, sobretudo, pela paciência que tiveram comigo durante os últimos cinco anos.

À Professora Doutora Clara Almeida Santos, por ter valorizado e orientado o tema deste trabalho, mesmo não sendo típico de um relatório de estágio. Estou-lhe agradecida pela prontidão e rigor de cada crítica, que decerto ficarão para o futuro.

À Agência Lusa, e especialmente aos meus editores, que me acompanharam e aconselharam durante o estágio, sempre num excelente ambiente de trabalho e de entreatajuda. Um obrigado também aos companheiros das editorias de Lusofonia e Política.

Ao meu irmão, aos meus avós e familiares mais próximos, pelo apoio e pela preocupação constantes.

Ao Diogo, por ter sido (e ser) a companhia de todas as horas, pela paciência nas alturas em que o meu foco era só este trabalho, mas sobretudo pelo carinho de sempre.

À Daniela Neto, pelos desabafos diários ao longo dos últimos meses, mas também pela amizade duradoura. Que permaneça para o futuro!

À Renata Carvalho e à Marta Sá, as melhores companheiras, pela amizade e pelas histórias que criámos e vivemos juntas nos últimos anos.

Aos meus grandes amigos das “secções casa”, a tvAAC e a secção de Fado, que são muitos para os nomear um a um, agradeço o ambiente de amizade, convívio e grande companheirismo que me proporcionaram nestes anos. Que possamos manter sempre vivo o espírito académico!

Às grandes amizades criadas no decorrer do curso, aos professores de quem tive o privilégio de ser ensinada e à FLUC, um enorme agradecimento.

Um agradecimento – pouco usual – ao meu gato, pela companhia nas tardes e noites de estudo e de escrita ao longo dos últimos meses.

Por último, um eterno obrigado a Coimbra, pelas melhores histórias da minha vida!

## **RESUMO**

Ao longo da história mundial, a imprensa sempre se viu ameaçada pelo desenvolvimento constante de novas formas de a controlar. Depois de séculos de regimes fortemente repressivos e até de conflitos de dimensão global, emergiram sistemas democráticos nos quais a liberdade de imprensa e a liberdade de expressão, juntamente com o acesso à informação, constituem direitos fundamentais.

No entanto, ainda permanece uma vigorosa censura sobre a imprensa em muitos países, com várias democracias na iminência de um retrocesso das liberdades adquiridas. O atual contexto de progresso tecnológico, devido especialmente ao aparecimento da internet, redefiniu o exercício do jornalismo e tornou-o verdadeiramente global, mas também passou a confrontá-lo com mecanismos de controlo da informação cada vez mais sofisticados, sendo que muitos deles permanecem ocultos para jornalistas e cidadãos.

Por isso, este trabalho tem por objetivo explorar os diversos métodos de cibercensura, comparando-os com os métodos da censura tradicional. Após um enquadramento sobre um estágio curricular na editoria Internacional da Agência Lusa, que me permitiu noticiar várias situações de censura na internet, segue-se uma contextualização teórica sobre as origens históricas da censura a nível mundial, com foco no Ocidente. Posteriormente, são introduzidos os conceitos de internet e web para explicar os novos mecanismos de controlo da informação na era digital, bem como as principais formas de os contornar. Por fim, é feita uma breve análise dos resultados do Índice Mundial da Liberdade de Imprensa de 2020, elaborado pela organização Repórteres Sem Fronteiras, avaliando as atuais crises que o jornalismo enfrenta e os países onde a imprensa mais sofre com elas.

**PALAVRAS-CHAVE:** Censura; Cibercensura; Internet; Jornalismo; Liberdade de Imprensa

## **ABSTRACT**

Throughout world history, the press has always been threatened by the constant development of new ways of controlling it. After centuries of strongly repressive regimes and even global conflicts, democratic systems have emerged in which freedom of the press and freedom of expression, together with access to information, are fundamental rights.

However, vigorous censorship of the press still exists in many countries, with several democracies on the verge of a setback for acquired freedoms. The current context of technological progress, especially due to the appearance of the internet, has redefined the exercise of journalism and made it truly global, but it has also come to confront it with increasingly sophisticated information control mechanisms, many of which remain hidden for journalists and citizens.

Therefore, this work aims to explore the different methods of cyber censorship, comparing them with the methods of traditional censorship. After framing a curricular internship in the International section of Agência Lusa, which allowed me to report various situations of censorship on the internet, a theoretical contextualization of the historical origins of censorship worldwide follows, focusing on the West. Subsequently, the concepts of internet and web are introduced to explain the new mechanisms of information control in the digital age, as well as the main ways of circumventing them. Finally, a brief analysis of the results of the World Press Freedom Index 2020 - prepared by the organization Reporters Without Borders - is made, evaluating the current crisis that journalism faces and the countries where the press suffers the most.

**KEYWORDS:** Censorship; Cyber Censorship; Internet; Journalism; Freedom of the Press

## ÍNDICE

<b>INTRODUÇÃO .....</b>	<b>1</b>
<b>SECÇÃO 1 – REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO NA AGÊNCIA LUSA .....</b>	<b>3</b>
<b>1. O contexto do aparecimento das agências noticiosas.....</b>	<b>4</b>
1.1. As principais agências noticiosas internacionais .....	4
1.2. Definições de agência noticiosa e o seu papel na imprensa enquanto fonte de informação .....	10
<b>2. Agências de Notícias em Portugal.....</b>	<b>14</b>
2.1. Lusitânia .....	14
2.2. Agência de Notícias de Informação (ANI) .....	16
2.3. Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP).....	18
2.4. Notícias de Portugal (NP) .....	20
2.5. Agência Lusa .....	22
<b>3. O estágio curricular na Agência Lusa .....</b>	<b>26</b>
3.1. Serviço noticioso da Agência Lusa.....	26
3.2. Reflexão pessoal do estágio .....	29
3.3. Contextualização da escolha do tema .....	31
<b>SECÇÃO 2 – PRIMÓRDIOS DA CENSURA À IMPRENSA .....</b>	<b>32</b>
<b>4. As origens históricas da censura à imprensa no mundo .....</b>	<b>33</b>
4.1. Da Roma Antiga à invenção da tipografia.....	34
4.2. Da Idade Moderna ao controlo secular.....	37
4.3. Da imprensa periódica ao Iluminismo.....	41
4.4. Da contemporaneidade ao advento da internet.....	45
<b>SECÇÃO 3 – CIBERCENSURA: O CONTROLO DA ERA DIGITAL .....</b>	<b>54</b>
<b>5. Ciberensura: nova forma de controlo da informação na era digital .....</b>	<b>55</b>
5.1. Justificações para a implementação de ciberensura .....	56
5.2. Ciberespaço, internet e web.....	58
5.3. Métodos de ciberensura .....	61
<b>6. A coexistência da ciberensura com a censura tradicional no século XXI ...</b>	<b>65</b>
6.1. O combate à ciberensura.....	68

<b>7. A liberdade de imprensa mundial em 2020.....</b>	<b>69</b>
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>72</b>
<b>BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS.....</b>	<b>76</b>

## INTRODUÇÃO

A informação é, desde os primórdios da humanidade, um alicerce essencial para o funcionamento de qualquer cultura ou sociedade. No século XX, surgiu mesmo o conceito de “sociedade da informação”, devido à maior facilidade de acesso que foi adquirindo e à sua importância tanto no desenvolvimento individual, como no coletivo.

Face ao advento do jornalismo e à sua crescente evolução, a informação foi ganhando não só novas formas de difusão, mas também novos públicos, que rapidamente se aperceberam da influência da imprensa na divulgação de acontecimentos e opiniões. Por isso, não tardou até que o poder instituído procurasse controlar a informação veiculada, especialmente nos meios de comunicação, tornando-a a seu favor e/ou reprimindo as críticas que lhe fazia.

A liberdade de imprensa e a liberdade de informação foram constantemente limitadas durante séculos por regimes autoritários e ditatoriais, com o objetivo de censurar a dissidência política e impedir o livre fluxo da informação.

Até ao aparecimento das primeiras agências noticiosas no século XIX, a difusão da informação nunca havia tomado uma proporção internacional. Mas o surgimento da internet na segunda metade do século XX veio garantir a verdadeira dimensão global da informação e a convergência dos *media* num único meio.

Hoje, além de proporcionar a disseminação massiva de informação diferenciada, a internet cumpre o papel de facilitar a comunicação entre as pessoas, a partir do e-mail, dos fóruns de discussão *online* e, mais recentemente, das redes sociais. Seja através de vídeos, fotografias, textos ou áudios, as pessoas têm agora a possibilidade de comunicar e interagir de uma maneira mais rápida e eficaz. Portanto, a internet oferece uma diversidade de informações e de ferramentas que promovem a fiscalização do poder público e garantem o exercício da cidadania aos seus utilizadores.

No entanto, essa é uma característica de países com regimes democráticos – apesar de alguns destes enfrentarem, na atualidade, a aprovação de legislação que visa restringir a liberdade de imprensa, a liberdade de expressão e o próprio acesso à informação. Ainda assim, a censura à imprensa continua a ser mais comum em sistemas políticos totalitários e autocratas. Se a internet poderia ser uma esperança na luta pela liberdade de imprensa,

rapidamente os Estados aprenderam a funcionar no meio digital, a partir do qual conceberam novos métodos repressivos. Uma vez adaptados à internet e ao ciberespaço, passaram a denominar-se de métodos de cibercensura, que se têm tornado cada vez mais aprimorados, ao ponto de serem ocultos para os utilizadores da internet.

Desta forma, a primeira secção deste relatório de estágio dissecar sobre a história das agências noticiosas, quer a nível internacional, quer a nível nacional, enquadrando depois o tema central numa reflexão sobre o estágio realizado na Agência Lusa.

A secção 2 contextualiza historicamente os primórdios da prática da censura no mundo até à atualidade, mas centra-se, sobretudo, no Ocidente. Ao longo desta parte, são referidos os vários métodos de censura praticados anteriormente ao advento da internet.

Por último, na secção 3, após introduzir a adaptação do jornalismo à internet e os conceitos de internet e web, são descritos os mecanismos de cibercensura, para depois estabelecer uma comparação com os métodos de censura tradicional que ainda hoje persistem e/ou se adaptaram ao novo meio. O trabalho termina com uma breve análise ao Índice Mundial da Liberdade de Imprensa de 2020, realizado pela organização internacional Repórteres Sem Fronteiras.

## **SECÇÃO 1**

### **REFLEXÃO SOBRE O ESTÁGIO NA AGÊNCIA LUSA**

## **1. O contexto do aparecimento das agências de notícias**

Com início ainda no século XVIII, a Revolução Industrial sustentou diversos progressos científicos e tecnológicos na Europa e nos Estados Unidos da América (EUA). Foi somente no século seguinte, no entanto, que tiveram lugar mudanças significativas que transformaram o decurso da imprensa. A introdução da máquina a vapor em 1769 serviu de pedra basilar para a evolução dos transportes e permitiu aos alemães Friedrich G. König e Andreas Friedrich Bauer a invenção da prensa mecânica em 1811, ao adotarem a energia a vapor e o movimento rotativo através do cilindro no mecanismo de impressão. Anos mais tarde, as invenções do telégrafo elétrico<sup>1</sup> e do linótipo<sup>2</sup> trouxeram novos desenvolvimentos ao nível do transporte de informação e das técnicas de impressão, tornando a rapidez e a urgência condições essenciais e indissociáveis da circulação de informação.

Ao mesmo tempo que estas criações facilitaram o acesso à informação, surgiram as agências noticiosas como solução para o problema de transmissão de notícias à distância. Como refere Nuno Crato (1983), “a melhoria dos transportes, o alargamento da vida escolar e as grandes tiragens possibilitadas pelas [máquinas] rotativas dão nesse período enormes saltos. Aparecem as primeiras agências noticiosas, e surge a ideia de constituir uma imprensa barata, destinada a um grande público” (p. 40). Os jornais ganharam um novo formato e deixaram de se restringir à abordagem de assuntos políticos, económicos e sociais, passando a construir as notícias de forma a garantir a compreensão por todas as classes sociais, sobretudo as menos instruídas.

### **1.1. História das principais agências noticiosas internacionais**

A história do jornalismo de agência teve início em Paris quando, em 1832, o francês Charles-Louis Havas, após comprar a empresa de correspondência Correspondence

---

<sup>1</sup> Sistema concebido por Samuel Morse na década de 1830, que permitia transmitir informação de forma rápida e eficaz à distância, através da corrente elétrica e por meio de um código - o código Morse. As mensagens enviadas denominavam-se telegramas, recorrendo à combinação de pontos e linhas que representavam as letras e os números da linguagem escrita.

<sup>2</sup> Criado em 1884 por Ottmar Mergenthaler, era uma máquina equipada com chumbo líquido, sendo possível compor uma linha inteira de texto que, assim que batida no teclado da máquina, era logo fundida.

Garnier<sup>3</sup>, montou o Bureau Havas, um escritório de traduções de notícias de jornais europeus para vender aos periódicos parisienses. No contexto da Revolução de Julho<sup>4</sup>, em 1830, Havas viu uma oportunidade para melhorar a organização da informação e do negócio de notícias. No período em que era banqueiro, contactou com várias outras línguas, algumas das quais aprendeu a falar fluentemente. Trabalhou em jornais locais, para os quais traduzia notícias a partir de jornais estrangeiros que, na altura, eram a maior fonte de notícias internacionais. Foi então em 1835 que o francês transformou o escritório na Agência Havas<sup>5</sup>, a primeira agência de notícias mundial. A noção de que o interesse por assuntos internacionais era cada vez maior e de que nenhum jornal tinha, por si só, viabilidade financeira para manter uma rede de correspondentes em todos os locais importantes do ponto de vista informativo, emergiu com o princípio fundamental das agências noticiosas: o poder da difusão. Antes da rede telegráfica e, apesar de, naquela época, o cavalo ser o meio de transporte mais comum para a difusão de notícias, o jornalista economizou tempo ao estabelecer um serviço de pombos-correio entre Londres, Bruxelas e Paris, levando quatro horas de viagem em vez das 14 horas que o cavalo levava. Em *When News Was New*, Terhi Rantanen (2009) descreveu que “os pombos-correio voavam de Londres a Paris em seis horas, e de Bruxelas a Paris em quatro horas. Saíam de Londres às oito da manhã, trazendo notícias dos jornais matinais que chegavam a Paris às duas da tarde<sup>6</sup>” (p. 31).

A expansão da Agência Havas iniciou-se na década de 1840 com a abertura de escritórios em Londres, Bruxelas, Viena e nas principais cidades da Alemanha. Em 1845, a introdução do telégrafo elétrico no negócio do ex-banqueiro viabilizou a consolidação do seu serviço em toda a Europa. Simultaneamente, como o telégrafo se tornou um monopólio estatal na França, a estreita relação entre Havas e o governo da altura garantiu um acordo preferencial com a agência, fundamentando a sua posição como “o primeiro disseminador

---

<sup>3</sup> Fundada em 1811, tornou-se em 1831 o Bureau Börnstein, um escritório mantido por um refugiado político alemão que entregava mensagens entre diplomatas das principais cidades europeias, banqueiros e empresários.

<sup>4</sup> Designação dada aos acontecimentos dos dias 27, 28 e 29 de julho de 1830 em Paris, conhecidos como os três dias gloriosos, que culminaram com a abdicação do rei Carlos X e o fim do período da Restauração Francesa. O movimento acabou por alastrar por toda a Europa.

<sup>5</sup> Anteriormente designada Agence de Feuilles Politiques et Correspondance Générale.

<sup>6</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

de notícias baratas produzidas em massa que eram razoavelmente rápidas e confiáveis<sup>7</sup>” (Hohenberg, 1993; p. 7).

O escritor francês Honoré de Balzac<sup>8</sup> relatou o sucesso crescente da agência, mas condenou a “pouca inclinação para os editoriais e a acentuada preferência por informação factual”. No entanto, quando acusa Havas de “venerar os factos” mais do que “os princípios” e de “servir todas as administrações com igual fidelidade”, justifica o facto de a agência francesa servir tanto “o poder, em Paris e na província, como os jornais governamentais e de oposição, a imprensa estrangeira e os particulares<sup>9</sup>”. Carlos Veiga Pereira (1986), por sua vez, elogiou o legado de Charles-Louis Havas num artigo publicado no jornal *Expresso*, assumindo que a ele se ficaram a dever três grandes inovações: “a introdução da divisão do trabalho na recolha das notícias; a noção de que a notícia é inseparável da rapidez na transmissão; e a compreensão de que uma agência deve fornecer uma matéria-prima suscetível de ser utilizada por jornais das mais diferentes tendências”.

Foi então desenvolvida a técnica da pirâmide invertida, uma técnica de estruturação do texto jornalístico por ordem decrescente de relevância que se deve, igualmente, à invenção do telégrafo. Este método permitia que os dados mais importantes da notícia tivessem prioridade na transmissão, pois a instabilidade das linhas fazia as ligações caírem facilmente e a mensagem poderia chegar ao destino cortada ou incompleta. Assim, aliada ao desenvolvimento das linhas de caminho-de-ferro, a técnica da pirâmide invertida potenciou a redefinição do panorama da comunicação e da informação e o aparecimento de novas agências noticiosas na Europa e nos EUA.

Do outro lado do Atlântico, decorria o ano de 1846 quando cinco jornais nova-iorquinos projetaram um histórico correio expresso a cavalo, conhecido como *Pony Express*, que levava notícias da Guerra Mexicano-Americana<sup>10</sup> a partir do Estado do Alabama para o norte mais rapidamente do que o correio governamental dos EUA. Ainda que, inicialmente, a relação entre os jornais e as companhias telegráficas se revelasse conturbada, tal não impediu a junção do *Pony Express* com o serviço telegráfico, dado o

---

<sup>7</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>8</sup> Citado em “L’Agence France-Presse”, disponível em: <http://expositions.bnf.fr/afp/arret/1/index.htm> [acedido em 26 de fevereiro de 2020].

<sup>9</sup> Tradução livre feita a partir do original em francês.

<sup>10</sup> Conflito entre os Estados Unidos e o México, com duração entre 1846 e 1848, provocado pelos norte-americanos, que pretendiam expandir os seus territórios para sul.

crescente interesse pelas notícias. Aspirando a uma maior eficiência e rapidez na difusão do serviço noticioso entre zonas dos Estados Unidos distantes entre si, foram expandidas as redes telegráficas e surge a agência cooperativa Associated Press<sup>11</sup> (AP). Em “Agências de Informação”, o jornalista português Dutra Faria (1970) relatou o crescimento e a rápida expansão da AP: os periódicos norte-americanos “servidos pela AP foram, inicialmente, sete apenas, mas em 1880 já eram 355, e em 1895 nada menos de 700 os jornais que nos Estados Unidos recebiam, publicavam – e pagavam – as suas informações” (pp. 25-26). Contudo, como a sua constituição que impedia novos membros de se juntarem ao acordo só viria a mudar em 1943, a AP levou algumas décadas até se afirmar como a principal agência norte-americana, pois essa restrição levou à hostilidade de outros setores da imprensa e causou a formação de agências rivais, incluindo a que se tornaria a United Press International (UPI).

Ainda em 1848, Havas acolheu os alemães Bernhard Wolff e Paul Julius Reuter para trabalharem como tradutores no seu escritório em Paris.

Um ano depois, de regresso à Alemanha e com o apoio do governo prussiano e de instituições bancárias, Wolff fundou, em Berlim, o jornal liberal *National-Zeitung*. Na publicação do seu primeiro telegrama e atendendo aos interesses dos seus leitores, anunciou o estabelecimento de uma rede telegráfica que permitia a transmissão de telegramas diários provenientes de Paris, Londres, Amesterdão e Frankfurt. Este serviço foi estendido a outros jornais de Berlim e a clientes particulares e tornou-se a primeira agência de informação financeira, Wolff's Telegraphisches Bureau (WTB), mais tarde designada Continental Telegraphen Compagnie.

Paul Julius Reuter, por seu lado, manteve-se a trabalhar na Havas até aprender o suficiente sobre agências telegráficas, saindo em 1849. Após uma tentativa fracassada de criar uma agência concorrente em França, mudou-se para Aachen, na Alemanha. Atento ao desenvolvimento das linhas telegráficas entre Paris e Bruxelas e encontrando-se no meio, Reuter viu uma oportunidade de criar um serviço de transmissão de notícias, o Institute for the Transmission of Telegraph Messages, numa lacuna da rede telegráfica europeia. Em 1851, viajou para Londres e aproveitou o interesse do governo britânico na expansão do telégrafo, estabelecendo um protocolo que lhe permitiu servir-se das redes telegráficas na

---

<sup>11</sup> Previamente denominada Harbour News Association, segundo Dutra Faria (1970; p. 25).

sua atividade. Um mês antes da inauguração da linha telegráfica submarina entre Paris e Londres, num escritório do Royal Exchange Building<sup>12</sup>, abriu a Agência Reuters<sup>13</sup>, que perdura até aos dias de hoje.

Em 1852, Havas chegou a criar uma agência de publicidade que ajudaria a produzir receitas para os clientes dos jornais, de forma a que estes pudessem ajudar nos investimentos da agência. Porém, com a invasão nazi que vitimou a França, uma mudança na legislação francesa em 1940 “obrigou ao desmembramento das operações de publicidade e recolha de notícias da Agência Havas. A operação de captação de notícias, não pertencente ao Estado, tornou-se o Office Français d’Investigation (OFI, ou serviço de informação francês) e, em 1944, tornou-se a Agence France-Presse (AFP), uma empresa pública<sup>14</sup>” (Shrivastava, 2007; p. 2).

São vários os autores que destacaram o domínio das agências Havas, Reuters e WTB no panorama global da informação, “existindo uma clara concorrência e disputa na divulgação de informação nos diversos países do mundo” (Fangueiro, 2018; p. 10). Nesta altura, a norte-americana AP diferenciava-se das agências europeias sobretudo pelo facto de, contrariamente às rivais, não ser uma agência verdadeiramente internacional, pois não reunia as suas próprias notícias estrangeiras e não tinha uma rede de correspondentes noutros países. Consequentemente, na tentativa de compensar o aumento dos custos telegráficos, as três agências europeias estabeleceram um cartel de notícias internacional entre si – o Tratado de Aliança da Agência. O acordo de cooperação, que repartia diferentes regiões do globo entre as agências para cobertura e serviço exclusivos, foi assinado em 1859<sup>15</sup>. A Reuters ficou com todo o Império Britânico, Turquia, Índia e o Extremo Oriente; Wolff cobriu a Escandinávia, a Rússia, a Áustria, os Balcãs e os países nórdicos; e Havas ganhou os direitos dos impérios Francês e Português, da Itália, Suíça, Espanha e da América Central. Reuter e Havas detinham ainda direitos conjuntos na América do Sul e no Egito. A AP integrou o cartel em 1893 e obteve direitos exclusivos da Reuters para distribuir

---

<sup>12</sup> Edifício da bolsa de valores de Londres.

<sup>13</sup> Originalmente S. Josaphat and Co.’s Continental Telegraph, passou a chamar-se, em 1865, Reuters Telegram Company. Somente em 1984 é que a agência viria a adotar a designação atual.

<sup>14</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>15</sup> Segundo o autor Pedro Aguiar (2009; *online*), a data da constituição do cartel europeu não reúne consenso na literatura. Boyd-Barrett (1980; pp. 116-117), Salinas (1984; p. 38) e Shrivastava (2007; pp. 13-15), por exemplo, afirmam que houve “uma série de acordos” que culminaram na constituição de um cartel entre as principais agências europeias, excluindo a norte-americana AP, bem como outras agências de pequena dimensão que se foram formando. O primeiro desses acordos entre as três agências terá sido assinado em 1859.

notícias nos Estados Unidos, ao mesmo tempo que fornecia notícias dos EUA às agências europeias.

Entretanto, os dois grandes conflitos mundiais do século XX trouxeram alterações ao funcionamento das agências noticiosas. Em “Notas para uma História do Jornalismo de Agências”, Pedro Aguiar (2009) conta que “o cartel durou quase por 60 anos, até à Primeira Guerra Mundial, quando a Wolff foi debilitada pela derrota alemã (não só por depender de incentivos do Estado, mas porque a economia alemã como um todo ficou arruinada, afetando os seus próprios assinantes) e teve o seu território repartido entre as concorrentes” (*online*). A Reuters também sofreu consequências na sua atividade, ao atravessar uma crise económica, e a Havas perdeu muitos trabalhadores que foram recrutados para a frente de combate e sofreu as consequências da censura. Assim, as agências norte-americanas impuseram-se e, em 1918, a AP obteve a exclusividade da distribuição de informação na América do Sul.

Posteriormente, a ascensão ao poder de regimes autoritários por toda a Europa colocou as agências ao serviço das suas políticas. Pigeat (1997) questiona mesmo “se algumas eram mais agências de propaganda ou agências de informação<sup>16</sup>” (p. 8), de que é exemplo a criação da Agência de Informação e Telegrafia da Rússia (TASS) em 1915, enquanto iniciativa política do governo da altura. Shrivastava (2007) refere a combinação de métodos de censura como “a soberania direta, o controlo, [...] intervenção no conteúdo das notícias e evidente ou encoberto subsídio ou financiamento direto<sup>17</sup>” (p. 7).

Após as duas Grandes Guerras e com o surgimento de novos meios tecnológicos, como a rádio, a televisão e a internet, a AP, a AFP e a Reuters afirmaram-se enquanto principais agências noticiosas da atualidade. De acordo com o *World Communication Report* da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO)<sup>18</sup>, publicado em 1997, estas agências processavam e distribuíaam, no final do século XX, mais de 80 por cento da informação internacional transmitida diariamente a nível mundial.

Atualmente, a AP, que opera em mais de 263 localizações espalhadas pelo mundo, divulga 2.000 notícias por dia e 70.000 vídeos e 1 milhão de fotografias por ano<sup>19</sup>; a AFP

---

<sup>16</sup> Tradução livre feita a partir do original em francês.

<sup>17</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>18</sup> Na sigla em inglês, United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization.

<sup>19</sup> Dados disponíveis em: <https://www.ap.org/en-gb/> [acedido em 27 de fevereiro de 2020].

tem 1.700 jornalistas e 2.400 colaboradores, de 100 nacionalidades diferentes e espalhados por 201 escritórios em 151 países, produzindo material informativo em seis línguas<sup>20</sup>; e a Reuters, enquanto integrante do grupo Thomson Reuters<sup>21</sup>, divulga 1.600 fotografias e 200 vídeos diariamente e mais de 2.2 milhões novas histórias por ano, em múltiplas línguas<sup>22</sup>.

## **1.2. Definições de agência noticiosa e o seu papel na imprensa como fonte de informação**

Historicamente designadas como “agências telegráficas de informação” (Silva, 2001; *online*), as agências noticiosas constituem, desde a sua origem, a ligação entre a informação e os *media*. Quanto mais rápido e abrangente for o leque informativo de uma agência, mais relevo e possibilidades de mercado adquire entre os diferentes meios. Ao mesmo tempo, as agências foram sempre acompanhando a evolução tecnológica dos equipamentos de informação e comunicação e são, atualmente, um misto entre negócio e meio de informação que recolhe e difunde notícias, a nível local, nacional ou internacional, para jornais, rádios, televisões, internet e demais clientes.

As agências de notícias surgiram como uma necessidade económica para o funcionamento de um mercado de informação de qualidade. Um dos principais motivos prende-se com a inviabilidade financeira de muitos órgãos de comunicação social para ter correspondentes. Como indicam Golding e Elliott (1979), “o custo dos correspondentes no estrangeiro é infinitamente mais elevado do que a assinatura numa agência [...]; para os órgãos de informação menos poderosos, as despesas com os correspondentes estrangeiros ultrapassam as suas possibilidades económicas. Para eles, os serviços regionais das agências [...] são a única fonte possível de notícias vindas do estrangeiro<sup>23</sup>” (p. 104).

Baseando-se nestes factos, Fernando Cascais (2001) caracterizou as agências de notícias como “órgãos de comunicação social que recolhem, tratam e distribuem

---

<sup>20</sup> Dados disponíveis em: <https://www.afp.com/en/agency/about/afp-numbers> [acedido em 27 de fevereiro de 2020].

<sup>21</sup> A integração resultou da fusão com a Thomson Corporation, em 2008.

<sup>22</sup> Dados disponíveis em: <https://www.thomsonreuters.com/en/products-services/news-media.html> [acedido em 27 de fevereiro de 2020].

<sup>23</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

informação aos restantes meios de comunicação a partir de uma rede de delegações e correspondentes que cobre um vasto espaço territorial” (p. 22).

Uma das primeiras definições de agência noticiosa surge, no entanto, no livro *News Agencies: their structure and operation*, publicado pela UNESCO em 1953, entendendo tratar-se de “uma empresa cujo principal objetivo, independentemente da sua forma legal, é recolher notícias e material noticioso, do qual o único propósito é expressar ou apresentar factos, e distribuí-los a um grupo de empresas de informação e, excecionalmente, a particulares, com o fim de, mediante um pagamento em prazos fixos e segundo condições conformes com as leis e os costumes comerciais, assegurar um serviço noticioso tão completo e imparcial quanto possível<sup>24</sup>” (p. 24).

Por seu lado, Arlete Silva (2001) destaca o papel de “intermediárias entre os acontecimentos e os meios de comunicação social” (*online*). As agências noticiosas distribuem os seus serviços não com as informações recolhidas em bruto, mas sob a forma de notícia, o que lhes permite “solucionar o problema da variedade de fontes e [...] de distância e transmissão até que a informação chegue aos órgãos de comunicação social” (Silva, 2001; *online*). Sendo a notícia o principal conteúdo produzido, dando conta da realidade a nível local, nacional e/ou internacional, as agências de notícias cumprem, assim, “o objetivo declarado de qualquer órgão de informação [que] é o de fornecer relatos dos acontecimentos julgados significativos e interessantes” (Traquina, 1993; p. 167).

As motivações económicas previamente referidas influenciam um outro fator que aumenta a importância das agências: a sua utilização a nível mundial traduz-se numa “forte homogeneidade e uniformidade das definições daquilo que constitui notícia” (Wolf, 1985; p. 103), dado que, geralmente, são considerados noticiáveis os acontecimentos que as agências noticiam. Mesmo os *media* que têm possibilidades de enviar correspondentes ao estrangeiro dependem da seleção noticiosa das agências, funcionando como “uma primeira campanha de alarme para as redações<sup>25</sup>” (Elliott & Golding, 1979; p. 105).

---

<sup>24</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>25</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

Dadas estas definições, pode-se acrescentar que o papel das agências de notícias também passa pela função de *gatekeeper*<sup>26</sup>, pois elaboram as notícias segundo os critérios de noticiabilidade – que definem o que é, ou não, notícia –, contribuindo para a sua difusão e, conseqüentemente, para a definição da agenda mediática. Simultaneamente, esta particularidade pode condicionar o que é publicado.

Esses aspetos levam muitos autores a perceberem as agências na qualidade de fontes de informação. Designando-as como “as pessoas que o jornalista observa e/ou entrevista e as que fornecem informações enquanto membros ou representantes de grupos de utilidade pública ou de outros setores da sociedade” (Silva, 2001; *online*), verifica-se que tal não é aplicável às agências. Arlete Silva (2001) divide as fontes de informação em fontes institucionais e fontes de agência: as primeiras pertencem à instituição de que são expressão; e as segundas são empresas especializadas, que fornecem unidades-notícia (*online*).

Mar de Fontcuberta (1999), por sua vez, distingue fontes de informação exclusivas e partilhadas, sendo as exclusivas as mais valorizadas pelos meios de comunicação, por oferecerem informação privilegiada – a mais difícil de obter –, e as partilhadas aquelas que garantem a todos os *media* um volume de informação homogêneo, em quantidade e qualidade, oferecendo as notícias consideradas indispensáveis, inserindo-se nesta última categoria as agências de notícias (p. 47).

Apesar da diversidade de opiniões, é justo afirmar que, enquanto fontes, as agências de notícias são fundamentais no sistema de produção noticiosa, pois “uma fonte segura e credibilizada é a garantia de um fluxo constante e seguro de notícias” (Silva, 2001; *online*). Ou seja, tornam-se fontes regulares quando produzem material noticioso credível.

Contudo, desde o aparecimento da internet, os órgãos de comunicação social em Portugal passaram a divulgar, muitas vezes na íntegra, notícias das agências de informação nos seus *sites*. Ainda que tenha permitido acentuar a “visibilidade” das agências junto dos consumidores de notícias (Boyd-Barrett, 2012; p. 9), a internet originou uma escassez de meios nas redações, devido a constrangimentos económicos e à necessidade de divulgar

---

<sup>26</sup> Conceito jornalístico usado para definir os decisores primários dos acontecimentos que serão noticiados e dos que permanecerão ignorados, de acordo com os valores-notícia, sendo poderosos definidores da agenda jornalística.

informação de forma rápida (Jorge, 2013; p. 39). Por isso, Joaquim Fidalgo (2000) critica o esquecimento da obrigação de um jornalista “citar adequadamente a origem quando usa material proveniente de agências noticiosas” (pp. 324-325), um cenário muito comum no panorama mediático português.

Por outro lado, o carácter imediato que os *media* têm vindo a desenvolver “está a retirar espaço à formação de ideais nas pessoas” (Moreira, 2011; p. 3), sendo que as agências de notícias têm uma quota-parte de culpa. Boyd-Barrett e Rantanen (1998) salientam essa perda de reflexão sobre o conteúdo das notícias, afirmando que, “entre todos os formatos de meios de comunicação, as agências noticiosas são por vezes apresentadas como o menos requintado ou interessante. Elas representam uma forma extrema de ‘jornalismo de informação’, em contraste com um mais refinado ‘jornalismo de opinião’<sup>27</sup>” (p. 6).

As agências têm conquistado o seu espaço nos diversos meios de comunicação, porque o mercado de informação assim o exige, independentemente da profundidade e da imediatez do seu serviço noticioso. No entanto, o seu papel está, na maioria das vezes, oculto para o público e é invisível para o comum consumidor.

---

<sup>27</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

## 2. Agências de notícias em Portugal

Apesar de a primeira agência noticiosa do mundo ter sido criada em 1835, somente em 1866 é que os primeiros despachos informativos da Havas chegaram a Portugal, através do jornal *Diário de Notícias*<sup>28</sup>. Numa nota emitida em 10 de março desse ano, o jornal anunciou a publicação de informações fornecidas pela agência: “Para trazer os seus leitores ao corrente de todos os acontecimentos europeus, a empresa acaba de fazer um novo sacrifício organizando um serviço de telegramas diretos do estrangeiro, tornando assim mais interessante o conjunto das variadas notícias dos acontecimentos estranhos, que por vezes tanto atraem a atenção do povo português”.

Por essa altura, ainda não existia nenhuma agência de notícias em Portugal, pois o mercado de informação não era tão desenvolvido como noutros países europeus e a própria atividade profissional não era muito atrativa. Ao mesmo tempo, o fim da Primeira República e a instauração de uma ditadura militar em 1926, na qual havia censura e falta de liberdade de imprensa, atrasaram o desenvolvimento do jornalismo no território português. Assim, a primeira agência noticiosa portuguesa viria a surgir mais de 100 anos após a Havas.

### 2.1. Lusitânia

Devido a um descontentamento com as notícias sobre Portugal publicadas nos jornais das colónias e após o regime de Salazar rejeitar várias iniciativas que visavam a criação de uma agência noticiosa portuguesa ainda na década de 1930, Luís Caldeira Lupi<sup>29</sup> surge como o responsável pelo nascimento da Lusitânia em 1944.

O jornalista ambicionava uma agência noticiosa nacional que permitisse servir o povo português e o país e que assegurasse a troca de informações entre Portugal continental e as províncias ultramarinas. Quem também partilhava deste interesse era o ministro das Colónias na altura, Marcello Caetano, que começou a traçar os primeiros planos para a formação da Lusitânia: em 7 de dezembro de 1944, foi assinado o despacho

---

<sup>28</sup> Jornal português fundado em 1864 por Eduardo Coelho que, segundo o autor Joaquim Fidalgo, é “o responsável pela introdução, no país, do modelo empresarial e editorial subjacente à lógica da *penny press*” (2008; p. 107).

<sup>29</sup> Jornalista/correspondente das agências Associated Press e Reuters em Portugal.

que autorizava a sua criação; e, em 30 de dezembro do mesmo ano, a agência foi oficialmente inaugurada.

Contudo, a agência tinha uma relação ambígua com o poder. Como descrito em *Agências de Notícias de Portugal*, a Lusitânia “tinha por missão exclusiva a troca de notícias com as colónias portuguesas, promovendo a união nacional. Sem um estatuto jurídico definido, a atividade da primeira agência de informação portuguesa foi marcada desde a fundação, e para sempre, por um constante e contraditório equilíbrio entre a informação e a propaganda” (Lusa, 2007; p. 64). Estas condições dificultavam o trabalho jornalístico da agência, que tinha de gerir a contradição entre a imparcialidade e objetividade e a responsabilidade assumida.

Ao fim de dois meses de atividade, a agência começou a apresentar dificuldades financeiras, devido sobretudo a uma dívida para com a Marconi, a quem a Lusitânia alugava linhas telegráficas para a difusão do serviço noticioso, o que levou Lupi a assinar um acordo com o governo em 1945, que definia a atribuição de um apoio financeiro: “à dependência de princípios, aliava-se agora uma outra, a financeira. A Lusitânia passou então a auferir 390.000 escudos mensais do Secretariado Nacional de Informação e do Ministério das Colónias” (Lusa, 2007; p. 70).

A difusão do serviço noticioso da agência era garantida a partir de acordos e contratos celebrados com uma série de organizações, tais como Marconi, Transportes Aéreos Portugueses (TAP), Marinha Mercante, Marinha de Guerra e Grémio da Imprensa Diária<sup>30</sup>. Desta forma, o noticiário era distribuído por todo o continente, pelos arquipélagos da Madeira e dos Açores e pelas colónias.

Não obstante a ajuda financeira prestada pelo Estado, a situação da agência permanecia instável. A falta de recursos humanos<sup>31</sup> e de meios técnicos não equivalia ao

---

<sup>30</sup> Associação que representava um conjunto de jornais e que foi sucedida pela Associação da Imprensa Diária. Segundo Sónia da Silva (2002), o Grémio pagava as avenças, o que “evitava que os jornais em má situação financeira não pagassem ou tivessem que renunciar a receber o serviço da agência, e assegurava que a Lusitânia recebesse sempre o pagamento do valor total do contrato” (p. 12).

<sup>31</sup> Segundo o livro *News agencies: their structure and operation* da UNESCO, a Lusitânia tinha uma redação em Lisboa, onde trabalhavam 10 jornalistas (a maioria com um nível escolar e cultural baixo), uma delegação no Porto e uma rede de correspondentes em 24 pontos do globo (1953; p. 117).

cenário das agências europeias, que usavam meios mais avançados como o telex<sup>32</sup>, o telefone e a rádio.

## 2.2. Agência de Notícias de Informação (ANI)

Três anos depois do nascimento da Lusitânia, em 1947, Barradas de Oliveira, Francisco Dutra Faria<sup>33</sup> e Marques Gastão juntaram-se para formar a segunda agência de notícias portuguesa: a Agência de Notícias e Informação<sup>34</sup> (ANI). Contrariamente à Lusitânia, a ANI tinha a sua própria rede telegráfica para distribuir a informação à imprensa portuguesa. A aposta no serviço internacional e das colónias ajudou a celebrar contratos com quatro agências estrangeiras, nomeadamente a alemã Deutsche Press Agentur (DPA), a italiana Agenzia Nazionale Stampa Associata (ANSA), a árabe Arab News Agency e a irlandesa Irish News Agency (INA).

Marcello Caetano apostou igualmente na nova agência. Apesar dos objetivos semelhantes, os serviços prestados eram diferentes e a relação mantida com o governo era meramente contratual, “menos ambígua e comprometedora do que a da Lusitânia” (Lusa, 2007; p. 75), que dele dependia ideológica e financeiramente. Em 27 de janeiro de 1948, foi publicada a escritura pública em que a ANI se constituiu como Sociedade de Responsabilidade Limitada.

Nos primeiros meses de atividade, a escassez de meios técnicos e recursos humanos criou uma “certa instabilidade interna e uma qualidade duvidosa dos seus serviços” (Lusa, 2007; pp. 75-76). O domínio da informação do Ultramar continuava a ser controlado pela Lusitânia, mas a ANI já garantia a exclusividade da informação difundida entre as colónias e o continente português. Entretanto, em 1950, após estabelecer correspondentes nas colónias, nos Açores, na Madeira e no estrangeiro, a nova agência consolidou o domínio que tinha no noticiário originário das colónias.

---

<sup>32</sup> Sistema internacional de comunicações, escritas à distância, por meio de teleimpressores, sendo usado para redigir e difundir o serviço noticioso.

<sup>33</sup> Jornalista e antigo colaborador da Lusitânia.

<sup>34</sup> Inicialmente, empregava cerca de 12 jornalistas, sendo dirigida por dois jornalistas profissionais.

Contudo, o início da Guerra do Ultramar<sup>35</sup> em 1961 trouxe consequências para as duas agências portuguesas. Como a Lusitânia era próxima do regime salazarista, perdeu credibilidade junto dos meios de comunicação, especialmente os das províncias ultramarinas, perdendo, assim, contratos e clientes em favor da ANI, que tinha melhor reputação junto da maioria dos *media*.

A nova agência, por sua vez, passou a dominar o mercado de informação: aumentou o volume de produção de notícias, contratou mais correspondentes, celebrou novos acordos com agências estrangeiras e introduziu o telex para modernizar a redação e estar diretamente ligada aos jornais. Consequentemente, abriu as primeiras delegações em Luanda, Maputo e no Rio de Janeiro.

Em “Contributo para uma História das Agências Noticiosas Portuguesas”, Sónia da Silva (2002) refere que, na década de 1970 e, principalmente, durante os últimos meses do regime, essa situação fez aumentar “as vozes que defendiam a existência de apenas uma agência noticiosa” (p. 12), colocando-se em hipótese fundir a Lusitânia e a ANI. O diretor desta última, Dutra Faria, chegou a propor a constituição de uma *holding*, designada Torre da Imprensa, como resultado da fusão dos serviços de várias agências<sup>36</sup>. Porém, estes planos viriam a ser travados com a eclosão da Revolução de Abril.

A Lusitânia, sem capacidade para competir com a sua concorrente, foi-se afundando até os poderes públicos lhe retirarem apoio na véspera da queda do regime ditatorial do Estado Novo. Instalou-se uma crise política no país que deixou o futuro das duas agências indefinido, sendo que os governos provisórios que se seguiram não conseguiram negociar um acordo com os representantes das agências para a sua fusão.

O património<sup>37</sup> das duas agências foi então adquirido pelo Estado, culminando na cessação da atividade da Lusitânia<sup>38</sup> em 19 de novembro de 1974 e, quase um ano depois,

---

<sup>35</sup> Designada também por Guerra Colonial, compreendeu o período entre 1961 e 1974, marcado pelos confrontos entre as Forças Armadas Portuguesas e as forças organizadas pelos movimentos de libertação das antigas colónias (Angola, Guiné-Bissau e Moçambique).

<sup>36</sup> As agências seriam o noticiário das colónias da Lusitânia, o noticiário nacional da Publicidade, Publicações e Informação (PPI), o noticiário internacional da ANI e as fotografias e telefotos da TellImprensa (primeira agência fotográfica portuguesa, que recebia e enviava telefotos através dos serviços de Bruxelas da United Press).

<sup>37</sup> Segundo Sónia da Silva (2002), a ANI “possuía um quadro constituído por 49 trabalhadores, dos quais 22 eram jornalistas e tradutores, 10 operadores de telex e 17 funcionários administrativos, e o seu património era basicamente constituído por telexes e máquinas de escrever” (p. 17).

na extinção formal<sup>39</sup> da ANI em 24 de setembro de 1975, porque “o Executivo não previa incluir a ANI na estrutura da nova agência noticiosa que estava a idealizar” (Lusa, 2007; p. 126), visto que era associada ao regime de depósito.

### **2.3. Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP)**

O ativo, o passivo, os direitos e as obrigações da ANI foram transferidos para uma nova agência, a Agência Noticiosa Portuguesa (ANOP). O governo pós-25 de abril pretendia um corte total com o passado e, por isso, instituiu a ANOP enquanto “pessoa coletiva de direito público, dotada de autonomia administrativa e financeira, com património próprio e de direção colegial<sup>40</sup>”.

Fundada em 1 de julho de 1975, o objetivo primordial desta agência era prestar um serviço de informação noticiosa através da recolha e difusão de notícias, comentários e imagens para publicação na imprensa periódica e outros meios da comunicação social, tendo iniciado atividade com 69 funcionários.

A ANOP funcionou como agência de notícias autónoma e livre de poderes políticos até 29 de novembro de 1977, quando os seus estatutos sofreram modificações: “Das alterações introduzidas destacou-se o facto de a tutela económico-financeira passar a ser exercida pelo secretário de Estado da Comunicação Social, designado pelo ministro da tutela. Além disso, a ANOP era organicamente constituída por um conselho de gerência e uma comissão de fiscalização, cujos membros eram nomeados pelos ministros da Comunicação Social e das Finanças, respetivamente. Assim, não estavam garantidas nem a independência nem a estabilidade da agência: às mudanças de Governo correspondiam, consequentemente, a nomeação de novos administradores e fiscalizadores” (Lusa, 2007; pp. 138-139).

---

<sup>38</sup> Os trabalhadores da Lusitânia não receberam salários em atraso e destruíram o pequeno património da agência, ao mesmo tempo que o Ministério da Comunicação tinha descoberto que esta funcionava de forma ilegal porque não possuía alvará.

<sup>39</sup> O Executivo já tinha ordenado a cessação da atividade da ANI em 19 de novembro de 1974, mas a dissolução só ocorreu em 25 de setembro de 1975.

<sup>40</sup> Decreto-Lei n.º 330/75, DR, I Série, 1 de julho de 1975, art. 6.º, p. 913.

No entanto, no dia 11 de abril de 1978, após protesto dos partidos políticos da oposição, o parlamento ratificou as emendas e tornou, de facto, a ANOP autónoma e independente.

A partir dessa altura e até 1982, deu-se o período de crescimento da agência: abertura de novas delegações em Portugal continental, nas regiões autónomas e no estrangeiro<sup>41</sup>; novos correspondentes em todos os distritos do país; abertura de escritórios em Maputo (Moçambique), Luanda (Angola), Bissau (Guiné-Bissau) e na Cidade da Praia (Cabo Verde), tornando-se a única agência ocidental a operar em quatro dos cinco países africanos de língua portuguesa; contratos bilaterais de cooperação com agências internacionais, nomeadamente as norte-americanas AP e UPI, a espanhola EFE, a alemã DPA, a moçambicana AIM, a jugoslava Tanjung, a italiana ANSA e a romena Agerpress; rede de correspondentes permanentes em Nova Iorque, Paris, Roma, Londres, Genebra, Barcelona, Madrid, Estrasburgo, Bona, Bucareste e Beira; rede de colaboradores em São Paulo, Rio de Janeiro, Toronto, Kuwait, Luanda, Trípoli, Amesterdão, Macau, Nova Bedford e Moscovo; e o aumento do número de funcionários de 139 para 261.

Esses progressos, aliados a uma fraca capacidade de investigação de muitos meios de comunicação, tornaram a ANOP a principal fonte de informação e de notícias. A dependência dos jornais deste serviço noticioso era tão grande que passou a ter o poder de decisão quanto ao que era notícia, definindo, assim, a agenda pública.

Todavia, na década de 1980, Portugal passou por uma fase de instabilidade financeira, económica e política, o que se refletiu na ANOP, pois dependia quase exclusivamente das verbas do Estado. As primeiras consequências para a agência surgiram em março de 1982, com o encerramento de três delegações (Évora, Guarda e Vila Real) e a exoneração do conselho de administração, sendo substituído por outro, encarregue da reestruturação da empresa.

Em julho desse ano, surgem os primeiros rumores sobre a intenção de fundar uma nova agência noticiosa. O governo da altura, liderado por Francisco Pinto Balsemão, pretendia ainda extinguir a ANOP, que o secretário de Estado da Comunicação Social, José Alfaia, defendia ser sobredimensionada e financeiramente inviável. Sob total secretismo –

---

<sup>41</sup> Uma delegação em Bruxelas e outra em Madrid para assegurar a cobertura noticiosa das ações da Comunidade Económica Europeia (CEE) e da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN).

de tal forma que nem o Presidente da República da altura, Ramalho Eanes, foi informado –, o projeto é concretizado por 21 empresas<sup>42</sup> (nove públicas e 12 privadas) no dia 23 desse mês. É assinado um contrato promessa para a criação da Porpress – Cooperativa de Responsabilidade Limitada, com o objetivo de combater o monopólio informativo da ANOP. O nome Porpress foi, posteriormente, abandonado.

#### 2.4. Notícias de Portugal (NP)

Levando os seus planos até ao fim, o Executivo de Pinto Balsemão fundou, em 25 de agosto de 1982, a Notícias de Portugal (NP) – Cooperativa de Responsabilidade Limitada. A constituição da nova agência ficou marcada pelo facto de seis<sup>43</sup> das 21 empresas que celebraram o contrato-promessa não assinarem a escritura pública.

Em *Agências de Notícias de Portugal*, é referido um acordo da NP com o Estado, em outubro de 1982, com duração de oito anos, renováveis, que determinava que este cedia 40 milhões de escudos à agência nesse ano e 140 milhões de escudos nos dois anos seguintes (Lusa, 2007; p. 161).

Por outro lado, o VII Governo Constitucional não conseguiu extinguir a ANOP, pois Ramalho Eanes vetou o decreto governamental em 2 de novembro de 1982, dado que fazia parte do programa do Executivo a reorganização financeira da ANOP e a inviabilidade financeira da agência não estava provada.

Nessa mesma data, a NP entrou em funcionamento numa sede provisória cedida pela RTP, tendo ao seu serviço 25 jornalistas<sup>44</sup>, 15 dos quais ex-trabalhadores da ANOP. O equipamento de que dispunha era apenas o cedido pelos CTT, o que não permitia assegurar o serviço noticioso.

Um ano após iniciar a sua atividade, a NP tinha estabelecido acordos com 21 agências internacionais, tendo 52 jornalistas em redação, 126 colaboradores espalhados

---

<sup>42</sup> Radiodifusão Portuguesa (RDP), Rádio e Televisão de Portugal (RTP), Empresa Pública Notícias Capital (EPNC), Empresa do Diário Popular, Jornal de Notícias, Comércio do Porto, Correio da Manhã, Primeiro de Janeiro, Diário de Lisboa, A Tarde, Tempo, A Bola, Record, Gazeta dos Desportos, Norte Desportivo, Expresso, Rádio Centro, Marconi, Correios, Telégrafos e Telefones (CTT) e Telefones de Lisboa e Porto.

<sup>43</sup> Nomeadamente, Primeiro de Janeiro, Diário de Lisboa, Gazeta dos Desportos, Norte Desportivo, Rádio Centro e Telefones de Lisboa e Porto.

<sup>44</sup> Um número que ficava aquém dos 70 jornalistas anunciados inicialmente no contrato promessa.

pelo continente português e 23 no estrangeiro. Assegurou, igualmente, contratos exclusivos de cooperação assinados com as congéneres norte-americanas UPI e AP e a britânica Reuters, que garantiam o serviço noticioso estrangeiro.

O futuro da ANOP ficou em suspenso até à tomada de posse do IX Governo Constitucional, formado por uma coligação entre o Partido Socialista (PS) e o Partido Social Democrata (PSD), em junho de 1983. O novo Executivo pretendia resolver a questão da coexistência das duas agências, fundindo-as numa só agência, mas as negociações não foram bem-sucedidas, dado que os funcionários da NP se opunham à fusão, contrariamente aos da ANOP.

A coexistência das duas agências portuguesas persistiu. Porém, os constrangimentos financeiros e as reestruturações que sofreram não impediram que, em 1984, a ANOP conseguisse finalmente concluir a informatização dos seus sistemas e a NP um ano depois.

Apesar de nova injeção de capital do Estado em 1984, a ANOP não conseguiu atingir a sustentabilidade financeira, enfrentando críticas de que era privilegiada por se tratar de uma empresa pública.

Seguiu-se a NP a atravessar uma fase economicamente complicada, adotando um projeto de reestruturação para contenção de custos, através da redução dos lugares de coordenação. Em forma de protesto, o diretor da agência, Wilton da Fonseca, o chefe de redação, Luís Paixão Martins, e nove coordenadores pediram a demissão.

O mandato do Executivo de Mário Soares chegou ao fim sem ser encontrada uma solução viável para as duas agências. O governo seguinte, liderado por Cavaco Silva, pretendia a fusão da NP e da ANOP, mas ambas continuavam em divergência, apesar de reconhecerem que era muito dispendioso para o Estado a sua coexistência.

Por fim, em 30 de julho de 1986, as duas partes aceitaram um acordo e foi assinado um protocolo para a criação de uma nova agência, a partir da extinção da ANOP e da alienação de bens da NP, mantendo a estrutura de cooperativa e utilidade pública, de responsabilidade limitada, pois 50 por cento pertencia ao Estado.

## 2.5. Agência Lusa

Após resolução aprovada pelo Conselho de Ministros, a cooperativa Lusa – Agência de Notícias de Portugal, S.A. foi fundada em 28 de novembro de 1986, iniciando a sua atividade no primeiro dia de 1987, com Horta Lobo a assumir a presidência e José Manuel Barroso a direção de informação. A partir desta data, a Lusa tornou-se a única agência noticiosa portuguesa, mantendo-se como tal até aos dias de hoje.

Ao fim do primeiro ano de atividade, foi nomeada uma nova equipa para reestruturar a agência, pois apresentou um défice financeiro superior a 70 milhões de escudos e estava à beira da falência técnica.

Inicialmente sem sede própria, funcionou nas instalações das antecessoras ANOP e NP até que, em janeiro de 1989, se instalou num edifício em Benfica (Lisboa). De seguida, estabeleceu delegações em Coimbra, Porto, Faro, Évora, Ponta Delgada e Funchal e correspondentes em todos os distritos. Nos países africanos de língua oficial portuguesa, abriu delegações em Maputo, Luanda, Bissau e Cidade da Praia e estabeleceu um correspondente em São Tomé e Príncipe. A agência contava também com uma delegação em Rabat, capital de Marrocos. Na Ásia, centralizou um *desk*<sup>45</sup> em Macau e tinha um correspondente em Pequim, com serviços produzidos em chinês, inglês e português. Na Europa, abriu uma delegação em Bruxelas e mantinha uma rede de correspondentes nas principais capitais, completando-a com colaboradores em cidades internacionais como Washington, Rio de Janeiro, São Paulo, Buenos Aires, Joanesburgo, Sydney e Telavive. Ao todo, eram mais de 150 jornalistas que a Lusa tinha à sua disposição, incluindo os correspondentes nacionais e internacionais, que 24 horas por dia contribuía para a difusão eficaz do serviço noticioso da agência.

Ao mesmo tempo, numa aposta conjunta com sete agências internacionais<sup>46</sup>, foi criado um serviço fotográfico nacional e internacional, a European Pressphoto Agency (EPA), que permitia aos clientes da Lusa receber não só a produção fotográfica nacional, como o serviço fotográfico dos membros estrangeiros do acordo.

---

<sup>45</sup> Um *desk* é uma central de serviços para a empresa, que mantém o contacto entre os utilizadores dos mesmos. Desta forma, consegue-se um controlo maior sobre aquilo que está a ser feito.

<sup>46</sup> Precisamente, ANP (Holanda), APA (Áustria), ANSA (Itália), BELGA (Bélgica), DPA (Alemanha), EFE (Espanha) e Keystone (Suíça).

Foi criado também um centro de arquivos de texto e fotografia, com material não só da Lusa, como das agências antecessoras.

A nova agência apresentava-se como a principal fonte de notícias dos meios de comunicação social, atingindo o objetivo de ser grossista de informação. Essa missão veio a ser consolidada com a apresentação do primeiro Livro de Estilo da agência, em 1992, juntamente com um prontuário.

Porque os principais clientes da Lusa já possuíam sistemas de receção e transmissão mais avançados, seguiu-se uma aposta na modernização tecnológica e dos seus conteúdos editoriais: a substituição da rede telegráfica pelo satélite, com a totalidade da produção a ser disponibilizada através deste meio; a distribuição de alguns serviços passou a ser feita por telefone, videotexto e *pager*<sup>47</sup>; e a informatização da redação em Lisboa, passando a ser utilizados computadores para a produção de notícias.

Com o aparecimento da internet, surgiu o primeiro *website* da agência em 1996, que disponibilizava três serviços noticiosos: Comunidades, Imprensa Regional e Rádios Locais.

Entretanto, com 10 anos de atividade, a Lusa volta a passar por um período de falência técnica, devido aos gastos financeiros que implementou na melhoria da qualidade do seu serviço noticioso, atingindo prejuízos que rondavam os 850 milhões de escudos. Como solução, o governo aumentou o capital da agência e alterou o seu perfil estatutário, passando a sociedade anónima de capitais maioritariamente públicos.

Em 1999, com a democratização da internet, a agência modificou o seu *site*, tornando-o a sua plataforma principal e dividindo os serviços disponíveis em: Nacional, Economia, Desporto, Internacional, África, Fotográfico, Ciência e Tecnologia, Timor-Leste, Imprensa Regional, Rádios Locais, Comunidades Texto, Comunidades Foto, Lusa Web e Agenda.

Porém, em 2002, a Lusa apresentou um *site* totalmente novo, desenvolvido pela Microsoft: o [lusa.pt](http://lusa.pt), que continha notícias de acesso livre e uma outra secção reservada a assinantes. Assim, “o novo *site* provocou um *boom* de produção e de novos clientes e,

---

<sup>47</sup> Também designado de *bip*, é um sistema eletrónico anterior ao telemóvel, com um serviço idêntico às atuais mensagens de texto (SMS).

consequentemente, um substancial e significativo desenvolvimento da agência no seu todo” (Lusa, 2007; p. 208).

Em 2004, nasceram novos serviços: o Lusa TV e o Lusa Rádio, disponibilizados só para assinantes e que hoje se mantêm. Através de uma avença mensal, as rádios e televisões podem ter acesso aos serviços de áudio e vídeo da agência.

Anos mais tarde, após nova modificação da plataforma digital, a Lusa passa a permitir que os seus serviços e conteúdos sejam somente acedidos mediante subscrição.

Atualmente, a nível nacional, a empresa mantém redações apenas em Lisboa, no Porto, no Funchal e em Ponta Delgada. Após o encerramento<sup>48</sup> das delegações em Coimbra, Évora e Faro na última década, a Lusa conta agora com uma rede de correspondentes espalhada por todo o país. Fora do território português, tem delegações nos países de língua oficial portuguesa, em Bruxelas e em Macau, e conta com uma rede de correspondentes em Madrid, Paris, Londres, Berlim, Luxemburgo, Viena, Genebra, Nova Iorque, Califórnia, Toronto, Caracas, Buenos Aires, Pequim, Díli e Joanesburgo. No total, a Lusa conta com mais de 250 jornalistas e colaboradores.

Além da rede de jornalistas, a agência mantém relações institucionais que complementam a sua produção noticiosa, nomeadamente com a EPA, a European Alliance of News Agencies (EANA), a Alliance of Mediterranean News Agency (AMAN) e a Minds International. A par destas instituições, a Lusa também coopera com entidades lusófonas.

No que concerne à estrutura acionista, os detentores das ações da Lusa são o Estado português (50,14%), Global Media Group (23,36%), Impresa (22,35%), Notícias de Portugal (2,72%), Público (1,38%), Rádio e Televisão de Portugal (0,03%), O Primeiro de Janeiro (0,01%) e Empresa do Diário do Minho (0,01%).

O serviço noticioso diário, por sua vez, é dividido pelas editorias Agenda, Cultura, Desporto, Economia, Internacional, Lusofonia, Multimédia (na qual se insere a Fotografia), País, Política e Sociedade. O Piquete da manhã e o Piquete da noite são auxiliados pela

---

<sup>48</sup> Na altura, a decisão do Conselho de Administração da Lusa foi fortemente criticada pelo Sindicato dos Jornalistas, por partidos políticos, entre outras entidades. A medida pretendia canalizar os custos com as instalações naqueles locais para “mais jornalistas, mais meios e mais tecnologia”, com vista a noticiar a realidade das respetivas regiões. Informação disponível em: <https://www.jn.pt/media/lusa-encerra-delegacoes-em-faro-evora-e-coimbra-1473057.html> [acedido em 12 de maio de 2020].

delegação em Macau, que funciona após o fecho da redação em Lisboa, fazendo as horas da madrugada.

Estas características garantem, assim, as condições necessárias para um serviço público factual, rigoroso e isento, permitindo a cobertura informativa nacional e regional do país, bem como dos acontecimentos relacionados com a União Europeia, os países lusófonos, comunidades de cidadãos portugueses residentes em outros países ou com outros espaços de relevante interesse para Portugal.

### **3. O estágio curricular na Agência Lusa**

O Mestrado em Jornalismo e Comunicação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra permite que, no segundo ano, os estudantes realizem uma de três alternativas: estágio curricular e respetivo relatório de estágio, projeto ou dissertação. Sendo uma das principais motivações pelas quais ingressei no mestrado e pelo sonho de ser jornalista, optei por realizar um estágio curricular, com vista a adquirir as competências necessárias para, no futuro, estar melhor preparada para ingressar no mercado de trabalho.

O estágio curricular decorreu na Agência Lusa, particularmente na editoria Internacional, entre 9 de setembro e 29 de novembro de 2019, tendo sido acompanhada pela orientadora, Professora Doutora Clara Almeida Santos, pela coordenadora de estágios da Lusa, Sofia Branco, pelo editor-chefe Eduardo Lobão e pelas editoras-adjuntas Ana Paula Pires e Filipa Parreira.

A escolha da editoria Internacional deve-se, sobretudo, ao meu interesse por política e organizações internacionais, o que me permitiu interligar os interesses profissionais aos pessoais.

#### **3.1. Serviço noticioso da Agência Lusa**

Com a consciência da importância da internet no panorama informativo atual, a Agência Lusa tem adaptado a redação e os seus jornalistas às transformações tecnológicas, consoante as necessidades e exigências do mercado. Como refere Narciso (2011), “a Lusa transformou-se. Do tradicional serviço de notícias escritas e de fotojornalismo, a agência passou a oferecer aos seus clientes um número crescente de notícias em vídeo, áudio e infografia” (p. 60). Esta afirmação demonstra como a Lusa tem vindo a explorar novas linguagens jornalísticas, mas sempre com o mesmo rigor dos seus serviços tradicionais.

Como indica o relatório *O Jornalismo e as Agências de Notícias: O desafio das redes sociais* do Observatório da Comunicação (2016), “a presença das agências de notícias na internet deve servir para melhorar a marca e seu *know-how* associado, e menos para obter receitas alternativas, que possam colmatar diretamente perdas noutros setores de serviço da agência” (p. 8). Apesar deste progresso para o multimédia e o digital, a importância do

texto persiste, pelo que as características inerentes à escrita de agência não mudaram, permanecendo como princípios fundamentais o interesse público, a rapidez, a clareza, o rigor, a isenção, a qualidade e a pluralidade de informação. Ainda assim, há valores que se sobrepõem a outros. A rapidez, por exemplo, nunca pode sacrificar a exatidão/precisão. A notícia de agência deve ser credível e rigorosa, usando frases breves e palavras curtas, preferencialmente as mais simples e usuais, que possam ser entendidas por qualquer pessoa. Estes fundamentos estão presentes no Livro de Estilo<sup>49</sup> da Lusa, devendo ser respeitados pelos seus jornalistas.

Por outro lado, um aspeto essencial no jornalismo de agência são as fontes de informação. A identificação da fonte de uma notícia é fundamental para garantir a credibilidade da agência. Como indica o Livro de Estilo, “no caso de dispor de uma informação credível dada por uma fonte não identificada, a agência, ao noticiá-la, não utiliza expressões como ‘soube a Lusa’ ou ‘a Lusa apurou’”. Assim, os rumores também não são considerados fontes de informação.

Quanto às fontes anónimas ou situações de *off the record*, são sempre rejeitadas, mas podem servir de ponto de partida para uma investigação através de vias e fontes alternativas, por forma a apurar a veracidade dos factos em causa.

Segundo o autor Paulo Faustino (2007), “a seleção de fontes deve também ser sujeita ao princípio da veracidade, no sentido de que as fontes devem ser seleccionadas e citadas em função do grau de confiança que inspiram” (p. 85).

As notícias da Lusa devem ainda cumprir o princípio do contraditório, nos termos do artigo 1<sup>50</sup> do Código Deontológico dos Jornalistas Portugueses. Este conjunto de normas, aliado ao Código de Ética e ao Prontuário, é inerente a todos os jornalistas da agência.

O Código de Ética integra os princípios e valores que devem orientar a conduta profissional de todos os que trabalham na empresa. O profissionalismo é um exemplo, prevendo que “os colaboradores da Lusa devem exercer a sua atividade com verdadeiro

---

<sup>49</sup> A última atualização do Livro de Estilo da Lusa foi finalizada em janeiro de 2019, sendo um elemento de referência dos princípios fundamentais que regem a organização. Disponível em: <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf> [acedido em 25 de fevereiro de 2020].

<sup>50</sup> “O jornalista deve relatar os factos com rigor e exatidão e interpretá-los com honestidade. Os factos devem ser comprovados, ouvindo as partes com interesses atendíveis no caso. A distinção entre notícia e opinião deve ficar bem clara aos olhos do público” (Lusa, 2019; p. 8).

profissionalismo, brio, tempestividade e competência, e ter como objetivo a excelência do desempenho<sup>51</sup>". Os princípios da lealdade e da criatividade são igualmente referidos, apontando que os jornalistas e colaboradores devem, respetivamente, "assumir um comportamento de lealdade perante a empresa e no âmbito da atividade e responsabilidade profissionais<sup>52</sup>" e "integrar a exigência da criatividade como um elemento fundamental na abordagem do seu conteúdo funcional<sup>53</sup>".

O Prontuário, por sua vez, é um documento que inclui as expressões e as palavras que devem ou não ser utilizadas no jornalismo de agência, estando organizado por ordem alfabética e atualizado consoante o Novo Acordo Ortográfico. O serviço noticioso da Lusa deve ser entendido por todos, pelo que é evitado o uso de estrangeirismos, procurando sempre utilizar expressões e palavras idênticas da língua portuguesa. No entanto, se for utilizado um termo especializado, deve ser seguido de uma explicação sobre o seu significado.

Uma singularidade da Lusa é a existência de órgãos reguladores internos. Como escreveu Bárbara Figueiro (2018), "o Conselho de Redação é crucial para assegurar que os trabalhadores estão a cumprir as regras da agência quanto à escrita, às temáticas e à estrutura das notícias. Enquanto representantes dos trabalhadores, têm a tarefa de difundir e defender os direitos dos profissionais, revelando preocupação com a gestão, contratação e relacionamento dos mesmos. Portanto, os órgãos reguladores internos são muito importantes para a avaliação de questões deontológicas, até porque as condições de trabalho condicionam o produto jornalístico" (p. 47).

Enquanto única agência de notícias em Portugal e empresa detida maioritariamente pelo Estado, a Lusa é obrigada a prestar um serviço público que se traduz na escrita de notícias que não sejam sensacionalistas, mas de carácter institucional. Estas especificidades obrigam a uma maior objetividade, isenção e rigor no que toca à recolha e ao tratamento de material noticioso ou de interesse informativo, posteriormente distribuído a meios de

---

<sup>51</sup> Código de Ética da Lusa, alínea h do ponto 4. Disponível em: <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CodigoEtica.pdf> [acedido em 25 de fevereiro de 2020].

<sup>52</sup> Código de Ética da Lusa, alínea e do ponto 4. Disponível em: <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CodigoEtica.pdf> [acedido em 25 de fevereiro de 2020].

<sup>53</sup> Código de Ética da Lusa, alínea f do ponto 4. Disponível em: <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/CodigoEtica.pdf> [acedido em 25 de fevereiro de 2020].

comunicação nacionais e internacionais, empresas e instituições diversas de carácter público e privado.

Por fim, é relevante afirmar a importância da Lusa a nível internacional, especialmente no espaço lusófono. Além da rede de correspondentes nacional e regional, a agência é muito próxima dos países de língua oficial portuguesa, onde os meios de comunicação disponíveis nem sempre conseguem ser tão eficazes na distribuição noticiosa como a Lusa. A delegação de Bruxelas assume a cobertura dos principais acontecimentos da União Europeia, na qual Portugal se insere, e a delegação de Macau faz a ligação entre o piquete da noite e o piquete da manhã. Estas condições viabilizam, assim, a circulação democrática e plural da informação noticiosa da Lusa no território português.

### **3.2. Reflexão pessoal do estágio**

O estágio teve início com dois dias de formação para ajudar à integração dos estagiários. Em breves sessões, alguns jornalistas da Lusa falaram sobre as características e especificidades do noticiário de agência, o Livro de Estilo, o Prontuário, as fontes de informação, a construção de notícias, as técnicas de redação, os códigos de Ética e Deontologia e a utilização do LUNA<sup>54</sup>. Por fim, cada editoria e secção da agência foi apresentada pelos respetivos editores.

Ao terceiro dia, fui integrada na editoria Internacional, sendo-me logo explicado o seu normal funcionamento. Na redação de Lisboa, além dos três editores – Eduardo Lobão, Ana Paula Pires e Filipa Parreira –, a secção é composta pelos jornalistas Pedro Caldeira Rodrigues, Maria de Deus Rodrigues, Cristina Silva Rosa, Ana Nunes Cordeiro, Sara Campos, Patrícia Cunha, Pedro Sousa Rodrigues, Sofia Castro, José Sousa Dias e Paula Almeida. A somar à rede de delegados e correspondentes presentes em Madrid, Paris, Londres, Berlim, Bruxelas, Luxemburgo, Genebra, Viena, Nova Iorque, Califórnia, Toronto, Caracas, Buenos

---

<sup>54</sup> *Software* criado pela Lusa que permite produzir, distribuir e arquivar os conteúdos noticiosos, mas também consultar a agenda e as agências internacionais.

Aires e Pequim, e à colaboração com as principais agências internacionais<sup>55</sup>, a Lusa assegura a cobertura dos acontecimentos mais relevantes a nível mundial<sup>56</sup>.

Todos os dias decorrem duas reuniões de agenda, uma às 12:00 e outra às 18:00, nas quais os editores de cada secção se reúnem com os chefes de redação para definir os temas a serem tratados.

No decorrer do estágio fui acompanhada, sobretudo, pelo Eduardo Lobão e pela Ana Paula Pires, pois tínhamos o mesmo horário. Diariamente, quando chegava à redação, consultava a linha<sup>57</sup> da editoria para ler as notícias que já tinham sido publicadas e, posteriormente, acompanhava o que saía nas agências internacionais. Desta forma, adquiri um maior conhecimento sobre diversas questões internacionais e particularidades dos sistemas políticos de outros países, ao mesmo tempo que me adaptava às especificidades do jornalismo de agência. Esta rotina permitia-me também sugerir escrever sobre assuntos que, no meu entender, eram de relevo para o serviço noticioso da Lusa, indo além daqueles que me eram propostos pelos editores.

Para ajudar a contextualizar os temas a tratar (sobretudo no caso de assuntos “de continuação”), procurava conteúdos no arquivo<sup>58</sup> para dar o *background* na peça. Após redigir uma notícia, encaminhava-a para os meus editores que, posteriormente, a corrigiam e publicavam. No momento da correção, chamavam-me para dizerem o que estava errado e aconselharem sobre como podia melhorar.

Apesar de uns jornalistas terem mais vocação para determinadas áreas, não existe uma repartição fixa de temáticas. A agenda de contactos de cada redator também influencia a sua escrita sobre uns assuntos em detrimento de outros.

Além das peças escritas a partir do conteúdo noticiado pelas agências internacionais, os jornalistas podem também redigir notícias a partir de comunicados de imprensa, relatórios de organizações ou serviços fora da redação. Contrariamente a outras secções da Lusa, o Internacional não tem tantos serviços fora da agência. Ainda assim, pude

---

<sup>55</sup> A Agência Lusa tem acordos com a Agence France-Presse (AFP), a Associated Press (AP) e a EFE.

<sup>56</sup> A editoria Lusofonia é a responsável pela cobertura noticiosa dos países de língua oficial portuguesa (Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste), de Macau, da África Subsaariana e das comunidades portuguesas residentes no estrangeiro.

<sup>57</sup> Na linha da Lusa estão reunidos os conteúdos produzidos em todas as editorias.

<sup>58</sup> O arquivo encontra-se no LUNA e contém todos os conteúdos produzidos na agência. Tem filtros de procura, o que facilita a pesquisa.

acompanhar uma das jornalistas numa manifestação de iraquianos, junto à Embaixada do Iraque, em Lisboa, na qual tive a oportunidade de entrevistar algumas das pessoas presentes e perceber as suas motivações, numa altura em que o Iraque atravessava uma série de protestos contra o governo. Simultaneamente, este serviço no exterior permitiu-me contactar diretamente com uma língua estrangeira, o que constitui outra das especificidades desta editoria. Ainda que, por vezes, tenha sido uma dificuldade, estagiar no Internacional foi uma forma de me familiarizar com línguas que não conheço tão bem, sobretudo o francês.

Em momentos livres, lia as notícias que saíam na imprensa nacional e internacional, bem como as peças lançadas pelas restantes editorias da Lusa.

### **3.3. Contextualização da escolha do tema**

A variedade de temáticas que o estágio na editoria Internacional me permitiu tratar fez suscitar o interesse pelo tema central do relatório: a cibercensura. A ocorrer quer em sociedades abertas, quer em Estados autoritários, são muitos os países que vivem sob novas formas de repressão, atacando os direitos fundamentais de acesso à informação e a uma imprensa independente.

Passado quase um século dos dois conflitos mundiais e dos regimes autoritários que daí surgiram, a implementação de medidas de censura aos meios de comunicação volta a acontecer, com uma diferença: hoje, muita informação é proliferada a partir da internet. Assim, páginas de meios de comunicação *online* são “desativadas”, redes sociais são bloqueadas e, em alguns casos, o próprio acesso à internet é restringido. Apesar de os regimes políticos mais agressivos se situarem no Médio Oriente e em algumas regiões da Ásia, também na Europa, onde residem algumas das democracias mais influentes do mundo, a liberdade de imprensa mostra sinais de estar em perigo de extinção.

Após alguma pesquisa, é notória a falta de bibliografia sobre um tema cada vez mais relevante. São sobretudo Organizações Não-Governamentais de defesa da liberdade de imprensa que têm estudado e analisado as ciberditaduras a nível global, pelo que é urgente trabalhar esta temática de forma rigorosa para que se encontrem soluções permanentes que permitam denunciar e combater esta ameaça.

## **SECÇÃO 2**

### **PRIMÓRDIOS DA CENSURA À IMPRENSA**

#### 4. As origens históricas da censura à imprensa no mundo

A etimologia da palavra censura confirma a sua existência desde a Antiguidade Clássica. Derivada do termo em latim *censere*, usado inicialmente na Roma Antiga com o significado mais neutro de classificação ou julgamento, contraria a visão de Thomas Birkner (2019) de que “a censura é quase tão antiga quanto o comércio da impressão<sup>59</sup>” (p. 251). Contudo, a invenção do sistema de impressão móvel no século XV facilitou a reprodução de textos em grandes quantidades e, por consequência, aumentou de forma significativa a importância da censura (Wilke, 2013; *online*).

À luz do conceito genérico, não existe uma data definida para a origem histórica da censura, mas os primeiros relatos remontam ao período da Grécia Antiga. O facto de ter sido a primeira sociedade a formular uma justificativa ética para a censura teve como base o princípio grego de que o governo tinha como dever expressar os desejos dos cidadãos, o que lhe conferia o direito de reprimir qualquer forma de contestação. O exercício da censura era visto pelos gregos como uma tarefa honorável, pois idealizavam um bom governo segundo a sua capacidade de moldar o carácter das pessoas. Uma das mais conhecidas vítimas da censura grega foi o filósofo Protágoras, que viu as suas obras serem queimadas no século V a.C. por alegadamente ofenderem a religião oficial. Anos mais tarde, o governo ateniense dirigiu críticas semelhantes a Sócrates que, recusando renegar as próprias ideias, foi condenado à morte<sup>60</sup>.

Outros antecedentes da censura como hoje a conhecemos remetem para os primórdios da China Imperial. Decorria o ano de 221 a.C. quando, após a destituição da dinastia Zhou, foi estabelecida a dinastia Qin, que serviu de base à construção de um império que durou até ao século XX. O imperador Qin Shi Huangdi – que significa “Primeiro Imperador” – assumiu o poder e, juntamente com o seu conselheiro Li Si, governou o país segundo os fundamentos do legalismo<sup>61</sup>. Acreditando que outras formas de pensamento eram uma ameaça para o Estado, adotaram uma política de censura que, em 213 a.C., desencadeou uma queima pública de livros que retratavam períodos anteriores da China,

---

<sup>59</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>60</sup> Informação disponível em: <https://galoa.com.br/blog/os-efeitos-da-censura-pela-historia-de-portugal> e <https://super.abril.com.br/historia/censura/> [accedidos em 31 de julho de 2020].

<sup>61</sup> Filosofia política que encara a lei como valor absoluto e configura o mundo ideal como um sistema autocrático, ignorando os valores morais.

críticas ao governo ou oposição à censura. Os escritores de tais obras eram executados, expulsos ou enviados para trabalhar na construção da Grande Muralha da China<sup>62</sup>.

Podemos aferir, então, que a censura surgiu depois da escrita (Cádima, 2013; p. 102), tendo acompanhado desde sempre o desenvolvimento da civilização. Porém, compreender especificamente a génese da censura à imprensa jornalística implica olhar para os primeiros exemplos de jornalismo na história.

#### 4.1. Da Roma Antiga à invenção da tipografia

Na Roma Antiga, a censura granjeou o estatuto de cargo político, na função designada de censor<sup>63</sup>, sendo da sua responsabilidade o recenseamento dos cidadãos (com base na sua riqueza<sup>64</sup>), a elaboração da lista dos futuros senadores, a supervisão da construção pública e o controlo da conduta moral dos cidadãos (Pereira, 2008; p. 1). Com o fim da República e, posteriormente, a inauguração do Império Romano<sup>65</sup> em 27 a.C., o poder passou a estar centralizado no imperador. César Augusto, o primeiro deles, foi o responsável pelo período da *Pax Romana*<sup>66</sup>, cimentado na “liberdade cerceada” (Pereira, 2008; p. 11). Tornou-se um dos mais famosos censores ao queimar obras de oradores e historiógrafos e ao banir as obras de poetas de todas as bibliotecas públicas<sup>67</sup>, mas também por censurar as *Actas* romanas<sup>68</sup>, consideradas “o primeiro exemplo seguro de jornalismo

---

<sup>62</sup> Informação disponível em:

[https://www.educabras.com/artigos/pormenor/historia/historia\\_china\\_antiga?fbclid=IwAR30YsbnGdt21XWfcYmSWAHfUIzrQ7M3dGNTRgJ1Njaw-XWiLsJv4JMZC4](https://www.educabras.com/artigos/pormenor/historia/historia_china_antiga?fbclid=IwAR30YsbnGdt21XWfcYmSWAHfUIzrQ7M3dGNTRgJ1Njaw-XWiLsJv4JMZC4) [acedido em 31 de julho de 2020].

<sup>63</sup> Era eleito de cinco em cinco anos por antigos cônsules e desempenhava o cargo durante 18 meses, gozando de grande prestígio político, social e moral (Pereira, 2008; p. 233).

<sup>64</sup> Com o propósito de distribuir os cidadãos por classes censitárias e, dessa forma, determinar o imposto correspondente (Pereira, 2008; p. 233).

<sup>65</sup> Período pós-republicano da antiga civilização romana, iniciado em 27 a.C. com a nomeação do imperador Octávio César Augusto. Enquanto unidade unificada, o Império Romano terminou em 395 d.C., mas foi dividido entre o Império Romano do Ocidente, que existiu até 476 d.C., e o Império Romano do Oriente (ou Império Bizantino), que existiu até 1453.

<sup>66</sup> Significa paz romana e descreve um período marcado pela estabilidade, segurança e progresso que durou entre 27 a.C. e 180 d.C.

<sup>67</sup> Entre os casos mais conhecidos estão o orador Titus Labienus que, em 12 d.C., viu a sua obra ser destruída publicamente pelo fogo, e o poeta Ovídio, a quem as obras foram banidas das bibliotecas públicas, sendo relegado para o exílio em 8 d.C. (Pereira, 2008; pp. 241-245).

<sup>68</sup> Eram conhecidas como *Actas Diurnas (Actae Diurnae)*, *Actas Públicas*, *Actas Urbanas* ou *Diurnálias* (Sousa, 2008; p. 34). Presume-se que terão surgido em Roma, no século II a.C. (Sousa, 2008; p. 36), com vista a satisfazer as necessidades dos governantes – dando a conhecer à população as suas decisões –, manter informados os procônules que se encontravam nas províncias distantes da urbe e alimentar a curiosidade de uma numerosa classe dominante que necessitava da notícia e da bisbilhotice para estabelecer relações e equilibrar o poder (Cuadrado, 2007; p. 11).

na história da humanidade<sup>69</sup>” (Cuadrado, 2007; p. 11), ainda que não reunissem todas as características exigidas atualmente.

O controlo sobre a informação manteve-se com o imperador Tibério, sucessor de César Augusto, e foi reduzido somente durante o governo do imperador Nero (Sousa, 2008; p. 35). A própria repressão generalizada perpetuou-se por vários reinados, durante os quais “discursar contra a tirania era motivo suficiente para condenar alguém à morte” (Pereira, 2008; p. 14). Francisco Rui Cádima (1996) refletiu, a propósito das *Actas*, que foi através da informação que circulava nas zonas colonizadas que o poder se afirmou, da mesma forma que a sua supressão foi uma das causas que conduziu ao declínio do império (p. 80). As *Actas* acabaram quando a sede imperial foi transferida para Constantinopla (atual Istambul, na Turquia) pelo imperador Constantino, em 330 d.C., vítimas das frequentes guerras civis em que o Império Romano se envolvia. Esses conflitos culminaram na sua desagregação em duas partes (Ocidental e Oriental) no ano de 395 d.C. e, conseqüentemente, no crescimento da influência da Igreja Católica no território europeu (Sousa, 2008; p. 43), com início após a conversão do imperador Constantino ao cristianismo.

A posterior queda do Império Romano do Ocidente em 476 d.C. inaugurou o período da Idade Média, caracterizado pela hegemonia da Igreja Católica. Na época, a troca de informação realizava-se essencialmente a partir da oralidade e o desenvolvimento de fenômenos pré-jornalísticos foi pouco significativo (Sousa, 2008; pp. 44-45). O ensino era centrado nos ideais do clero e da fé, o que ajudava na consolidação do objetivo da Igreja de impedir a livre disseminação do conhecimento, por ela considerado um perigo para a sociedade. O seu poder, sobrepondo-se ao do Estado, permitia-lhe controlar não só a informação em si, mas também a maneira como a informação poderia ser entendida ou distribuída (Silva, Paiva, Cruz, & Cavalcante, 2016; p. 51), permanecendo assim no poder e garantindo a preservação da moral religiosa.

Ao mesmo tempo, o aumento de movimentos religiosos heréticos levou à criação da Inquisição. Com bases lançadas ainda no século XII na França, a Igreja estruturou os propósitos inquisitórios a partir da década de 1230, por ordem do Papa Gregório IX. Através de medidas que poderiam chegar à condenação à prisão ou à morte, era punido o

---

<sup>69</sup> Tradução livre feita a partir do original em espanhol.

que ou quem contrariasse os dogmas e os critérios da Igreja Católica (Silva *et al.*, 2016; p. 48). Ficando conhecida como Inquisição medieval, esta instituição perdurou nestes moldes até meados do século XIV, altura em que despertou o Renascimento.

Situado entre 1350 e 1550, o período renascentista ficou marcado por um “florescimento cultural e social” (Sousa, 2008; p. 55) que impulsionou uma crescente circulação de informação e conhecimento. A cultura da época começava a orientar-se para a escrita, mas carecia de um meio que assegurasse a transmissão fiel de uma mesma mensagem para um grande número de pessoas e a longa distância. Essa necessidade catapultou a invenção do sistema tipográfico<sup>70</sup> por Johannes Gutenberg no século XV, o que, além de incentivar a democratização da cultura e a liberdade de pensamento e de expressão, viabilizou o aparecimento e o sucesso da indústria jornalística. Com as cartas e as crónicas provenientes da Idade Média, passaram a coexistir novas publicações precursoras dos atuais jornais, nomeadamente as folhas volantes<sup>71</sup>, que foram o principal contributo para a disseminação de notícias no Renascimento. As folhas noticiosas, traduzidas em vários idiomas e bem acolhidas entre todas as classes sociais, não só ajudavam a difundir pelos europeus o que se passava noutros países, como mostravam que as pessoas necessitavam de notícias regulares, estando até dispostas a pagar por elas. Estava dado o mote para a industrialização do jornalismo (Sousa, 2008; pp. 56-70).

Em contrapartida, os avanços da tipografia trouxeram uma enorme necessidade de controlo sobre a informação publicada. A invenção da impressão em caracteres móveis possibilitou a produção e distribuição de inúmeras cópias de qualquer texto, pelo que, “para impedir a disseminação de um texto, era necessário impedir que ele fosse impresso<sup>72</sup>” (Wilke, 2013; *online*). Para a Igreja, enquanto instituição próxima do poder instituído, se, por um lado, o sistema tipográfico propiciou a edição abundante de obras de carácter bíblico, por outro, permitiu a divulgação ilimitada dos autores hereges. Ou seja, a descoberta de Gutenberg, ainda que servisse os propósitos da Igreja Católica, era

---

<sup>70</sup> Baseado na xilografia (processo de gravura em madeira para se reproduzirem os sinais de escrita) e na técnica das punções da ourivesaria alemã do século XV (Matos, 1986; pp. 261-262), o sistema de impressão de caracteres móveis consistia em moldes das letras com tinta que, colocados numa plataforma que deslizava até à parte inferior de uma estrutura metálica, acionavam uma prensa que provocava a compressão das letras no papel.

<sup>71</sup> Designadas também como folhas ocasionais, folhas noticiosas ou relações, foram um dos principais dispositivos pré-jornalísticos do Renascimento. Surgidas em Itália, perduraram até ao século XIX e eram constituídas, geralmente, por uma folha de pequena dimensão, na qual se inseria uma única “notícia” (Sousa, 2008; p. 58).

<sup>72</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

igualmente sua inimiga, o que motivou a implementação da censura. Tornava-se imperativo coagir os autores tidos como seus opositores, já que colocavam em risco os dogmas católicos (Matos, 1986; p. 260). Deste modo, visando também a proliferação incontrolada de notícias, as primeiras medidas censórias foram introduzidas poucas décadas após o surgimento da tecnologia de impressão, através de decretos em que alguns governos procuraram regular esse fluxo manifestando-se “contra os “perigos” da elaboração e leitura de notícias” (Sousa, 2008; p. 68). Entre esses decretos, destacava-se a bula intitulada *Inter Multiplices*, publicada pelo papa Inocêncio VIII em 1487, que definia o pensamento da Igreja sobre os meios de comunicação impressos e como abordá-los (Puntel, 2010; p. 24). Um ano depois, foi estabelecida a censura prévia a notícias (Sousa, 2008; p. 68) e textos, sendo que a impressão de um texto proibido podia resultar em sérias penalidades para o autor, incluindo excomunhão (Wilke, 2013; *online*).

#### **4.2. Da Idade Moderna ao controlo secular**

O século XV marcou a transição do mundo ocidental para a Idade Moderna, após a queda do Império Romano do Oriente em 1453 a.C. e a posterior tomada da cidade de Constantinopla pelo Império Otomano. De valores islâmicos e teocráticos, distintos daqueles que a Europa renascentista havia construído, o igualmente designado como Império Turco detinha uma atitude expansionista similar a outros países e impérios europeus, que se envolviam em guerras não só contra a agressão turca, mas também entre si. Neste cenário, os Estados europeus procuravam tomar partido da imprensa pré-jornalística para provarem a sua soberania e independência. Foi então que os meios de comunicação da época, enquanto impulsionadores de uma consciência europeia e da democratização do acesso à informação, do conhecimento e da cultura, passaram a ser relativamente tolerados pelos governantes ao contribuírem também para a propaganda dos regimes, para a padronização das línguas nacionais e para o reforço das nacionalidades – e até dos nacionalismos (Sousa, 2008; pp. 70-71).

Coincidentemente, a Igreja Católica perdia “prestígio, influência, poder e autoridade” (Sousa, 2008; p. 70), em consequência de uma forte tensão com os recém-formados Estados nacionais. Estas circunstâncias contribuíram para a formação de uma iniciativa reformista cristã. A Reforma Protestante, como ficou conhecida, foi liderada por Martinho

Lutero e iniciou-se já no século XVI, em 1517. Por oposição, a Igreja criou o movimento da Contrarreforma, que ficou marcado pela realização do Concílio de Trento, convocado pelo Papa Paulo III e com a duração de 1545 a 1563. A censura católica atingiu o seu apogeu neste período, especialmente com a promulgação do *Index Librorum Prohibitorum*<sup>73</sup> em 1559 pelo Papa Paulo IV, dando forma permanente às políticas censórias da Igreja (Wilke, 2013; *online*).

Esta conjuntura, por sua vez, permitiu o sucesso da imprensa jornalística emergente, desde a persistência das folhas noticiosas ao aparecimento dos livros noticiosos<sup>74</sup>, outro antepassado dos atuais jornais. Jorge Pedro Sousa (2008) observa, contudo, que “as publicações noticiosas tinham suficiente impacto e importância entre a sociedade para justificar os esforços censurantes ou manipuladores de alguns” (p. 73). Por outras palavras, esse sucesso acabou por motivar as dificuldades que a imprensa jornalística teve na sua implementação. Entre as revoltas militares, políticas e religiosas, vários Estados europeus procuraram controlar e censurar as atividades pré-jornalísticas quinhentistas, recorrendo sobretudo ao sistema de licenciamento prévio<sup>75</sup> e/ou à censura prévia<sup>76</sup>. Ainda assim, alguns editores-tipógrafos e pré-jornalistas chegaram a arriscar a sua liberdade ou mesmo a própria vida para conseguirem lançar publicações noticiosas, algumas delas clandestinamente (Sousa, 2008; p. 74).

Apesar de a Igreja não renunciar às suas próprias medidas censórias, a influência das autoridades civis no controlo da imprensa era cada vez maior. Prova disso foi a transição para a censura secular ocorrida no Sacro Império Romano-Germânico<sup>77</sup> durante

---

<sup>73</sup> O Índice dos Livros Proibidos era uma lista de publicações consideradas heréticas, infundadas e de leitura proibida pela Igreja Católica, fazendo parte do combate ao avanço do protestantismo. Foi elaborado pela Inquisição em 1557, mas reformado e promulgado em 1559 pelo Papa Paulo IV. Em 1564, Pio IV promulga um índice revisto de acordo com as recomendações do Concílio de Trento, sendo aplicado extensivamente pelos países católicos. A sua atualização competia à Inquisição até à criação da Congregação para a Reforma do Índice dos Livros Proibidos, formada por Pio V em 1571. As obras proibidas eram de carácter teológico, científico e literário (Wilke, 2013; *online*; Cádima, 2013; p. 108).

<sup>74</sup> Também conhecidos como opúsculos noticiosos, distinguiam-se das restantes publicações noticiosas da época pela diversidade de assuntos e estilos, por uma periodicidade mais ou menos definida (anual ou semestral), pelo volume de páginas e informações e pela existência de um título que dava nome às sucessivas edições (Sousa, 2008; p. 73).

<sup>75</sup> Segundo Jorge Pedro Sousa (2008), “apenas os indivíduos bem vistos pelas autoridades obtinham a licença prévia que lhes dava o direito a instalarem tipografias e/ou a exercerem o ofício de tipógrafo e editor” (p. 74).

<sup>76</sup> “As publicações tinham de passar pelo crivo do censor para poderem ter licença de impressão” (Sousa, 2008; p. 74).

<sup>77</sup> Como designação adotada no século XII, o Sacro Império Romano-Germânico foi uma tentativa de reviver o Império Romano do Ocidente. Reunia um conjunto de territórios localizados no Norte e no centro da Europa,

o reinado de Carlos V. Em pleno início do período moderno, as publicações derivadas do protestantismo, ao provocarem tensões entre a população do império, foram suprimidas após um decreto imperial de 1521 banir os textos de Martinho Lutero e uma resolução de 1529 decretar a censura prévia. A aprovação das publicações antes da impressão foi “particularmente eficaz na prevenção da produção e disseminação de textos impressos<sup>78</sup>” (Wilke, 2013; online), mas as medidas existentes não estavam a ser suficientes. Foi posteriormente decretada a censura pós-publicação, que se revelou desvantajosa pela dificuldade, se não impossibilidade, de recuperar todas as cópias de um texto proibido. Não obstante, os meios de controlo da impressão foram sendo constantemente aprimorados: a partir de 1530, por exemplo, as obras impressas passaram a ter de indicar o nome do editor e o local da publicação, enquanto as gráficas, anos mais tarde, passaram a estar sujeitas a inspeções sem aviso prévio, e a violação das disposições legais poderia resultar em punições, que incluíam prisão e até exclusão da profissão; a queima pública de livros acabou por ser a prática censória mais dramática. É importante ressaltar que este controlo da impressão não foi apenas exercido de forma negativa – isto é, por meio de proibição e supressão –, como também de forma positiva, por meio da concessão de privilégios<sup>79</sup> a impressores individuais – o que lhes garantia uma espécie de prova de legalidade e autorização. Contudo, apesar de preocupações externas como a disseminação de segredos de Estado (estritamente proibida), a censura foi guiada, essencialmente, pelos interesses do império e, por isso, destinava-se a evitar distúrbios à paz e à ordem na sociedade e a prevenir difamações e violações à moralidade pública (Wilke, 2013; online).

Em Inglaterra, a Igreja e o Estado também não ficaram indiferentes à proliferação da tecnologia de impressão. O reinado dos Tudors, entre 1485 e 1603, foi responsável pelo estabelecimento de um sistema de controlo. Em 1529, Henrique VIII publicou a primeira lista de livros proibidos<sup>80</sup>. O domínio de Maria I, que ocupou o trono entre 1553 e 1558, ficou marcado por uma acusação contra a The Stationer’s Company, uma associação de

---

tendo sido os Estados germânicos o seu núcleo principal. Desenvolveu-se durante a Alta Idade Média e dissolveu-se em 1806, no decorrer das guerras napoleónicas.

<sup>78</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>79</sup> Justificados com base na prerrogativa de o governante controlar a impressão e os livros, estes privilégios eram muito procurados porque conferiam proteção contra a reimpressão por outras gráficas e ofereciam vantagens económicas. Como podiam ser retirados, promoveram, sem dúvida, o bom comportamento (Wilke, 2013; online).

<sup>80</sup> Inicialmente, baseava-se em conteúdo religioso, mas, a partir de 1538, passou a controlar todos os produtos impressos, sobretudo questões políticas e críticas ao governo. Quando a Lei de Impressão expirou em 1695, a censura por restrição prévia na Inglaterra terminou (Birkner, 2019; p. 251).

impressoras que recebeu uma Carta Real em 1557, por providenciar sob os seus próprios auspícios a supervisão da impressão e a concessão de privilégios no comércio da impressão. Mais tarde, em 1586, já com Isabel I no poder, foi emitido o decreto *Star Chamber* que, apesar de implementar uma regulamentação abrangente do comércio de impressão, deixou várias medidas complementares de controlo e licenciamento nas mãos da The Stationer's Company. Este sistema de controlo da imprensa foi herdado e mantido pelos primeiros reis da Casa Stuart de Inglaterra (Wilke; 2013; *online*).

O primeiro decreto real a abranger a impressão em França foi publicado no ano de 1521 e tornou os livros teológicos sujeitos à censura prévia pela Universidade de Paris. Em 1535, o número de gráficas foi limitado e, em 1542, a regulamentação relativa à impressão foi corrigida, sobretudo quanto aos textos protestantes. À semelhança do que aconteceu no Sacro Império Romano-Germânico, um decreto de 1547 tornou obrigatório que todos os livros apresentassem o nome do editor e o local da publicação. A censura prévia foi sistematizada em 1551, com a Faculdade de Teologia da Universidade de Paris a manter o seu papel censório. A concessão de um privilégio real tornou-se um pré-requisito para a imprimir qualquer texto a partir de 1571, sendo que, em 1583, um decreto declarou que um novo texto não poderia ser impresso sem a permissão do rei. A supervisão era facilitada pelo facto de a produção de livros e a imprensa se concentrarem em Paris, resultado da centralização do Estado na capital (Wilke, 2013; *online*).

Porém, o rigor das medidas de controlo divergia de país para país. O surgimento da impressão na Holanda, por exemplo, deveu-se à sua moderada liberalização a esse respeito. Por isso, textos proibidos em França eram publicados na Holanda, o que originou aquilo que Jürgen Wilke (2013) define como “comércio de impressão em exílio<sup>81</sup>” (*online*). Já em Itália, especialmente nas cidades maiores, a indústria gráfica estava sujeita a supervisão local, inclusive pela Igreja. A Espanha, por seu lado, fundou a Inquisição em 1478, que ficou responsável pela censura nos dois séculos que se seguiram. Inicialmente, em 1477, o Estado espanhol havia reconhecido a imprensa de forma positiva, acabando por isentar as gráficas de pagamento de impostos três anos mais tarde; mas, após a introdução da censura prévia em Castela no ano de 1502, o rigor das autoridades censórias estabelecidas para esse fim complicou o processo de impressão. Em 1551, foi publicado o primeiro índice espanhol de livros proibidos, sendo que, no mesmo século, expandiram-se os regulamentos

---

<sup>81</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

de controlo com o principal objetivo de interditar a importação de obras impressas, desligando a Espanha do mundo exterior (Wilke, 2013; *online*).

### 4.3. Da imprensa periódica ao Iluminismo

No século XVII, a Europa encontrava-se dividida política e religiosamente: por um lado, a monarquia absolutista de direito divino como contraponto à Inglaterra parlamentarista saída da guerra civil<sup>82</sup> e da Revolução Gloriosa de 1688<sup>83</sup>; por outro, a divergência entre Católicos e Protestantes, existindo igualmente ramificações entre os últimos, como calvinistas, luteranos, anglicanos e puritanos. Desde processos coloniais a guerras pela independência, vários países atravessavam transformações permanentes que levaram a sociedade a necessitar de informação. Ao mesmo tempo, já existia “matéria-prima suficiente para sustentar o aparecimento dos primeiros jornais “eminentemente jornalísticos”, correntemente denominados de gazetas” (Sousa, 2008; p. 75). Tratando-se de uma evolução dos livros noticiosos, as gazetas<sup>84</sup> eram publicadas com uma periodicidade definida e regular e com informação mais atual (muitas vezes, do dia anterior), sendo muito menos volumosas e de menor custo (devido à inclusão de publicidade). É de referir, todavia, que algumas incluíam não apenas notícias neutras, como também informação orientada e selecionada que servia determinadas causas, por vezes com fins propagandísticos, o que viria a prefigurar a imprensa política de partido dos séculos XVIII e XIX (Sousa, 2008; pp. 75-80).

Ainda que, estruturalmente, as gazetas tenham sido influenciadas pela *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, o continente europeu viu surgir dois modelos normativos e funcionais de jornalismo: o francês, que impunha meios de controlo à imprensa; e o inglês,

---

<sup>82</sup> A tentativa monárquica de instituir o absolutismo régio em Inglaterra resultou numa guerra civil que opôs a Coroa aos adeptos do parlamentarismo entre 1643 e 1648, culminando na implantação de uma República pela primeira vez em solo inglês e no estabelecimento da Commonwealth em 1649.

<sup>83</sup> Com a Restauração da Monarquia em 1660, a governação dividia-se entre a Coroa e o Parlamento, o que se consolidou após a destituição de James II da dinastia Stuart, um monarca católico que adotou políticas a favor da sua religião em detrimento do protestantismo, e a posterior coroação de Guilherme de Orange em 1688. Tal colocou fim ao absolutismo na Inglaterra e instaurou uma monarquia parlamentar.

<sup>84</sup> Segundo Jorge Pedro Sousa (2008), “a verdadeira aparição das gazetas deu-se em França, com o lançamento da *La Gazette Française*, (...) em 1604” (p. 75). No entanto, “o formato de gazeta imitado pela generalidade das gazetas dos países europeus foi o da *Nieuwe Antwersche Tijdinghe*, surgida em 1605, em Antuérpia, (...) publicando notícias locais, nacionais e do estrangeiro (o que constituía uma novidade)” (Sousa, 2008; p. 76).

que consagrava a liberdade de imprensa e serviu de base ao jornalismo ocidental contemporâneo.

No primeiro modelo, a imprensa existia sob leis promulgadas por governos absolutistas, intransigentes face a qualquer forma de oposição, que estabeleciam a censura prévia, reforçavam as proibições de publicar determinados conteúdos, aplicavam um regime obrigatório de licenças de impressão e instituíam formas de repressão contra os prevaricadores. Os próprios Estados chegaram a financiar gazetas ao seu serviço<sup>85</sup>, “empregando redatores (“jornalistas”) convertidos em funcionários leais, a quem eram dadas instruções sobre o que redigir e como redigir” (Sousa, 2008; p. 82). O modelo francês prevaleceu na maior parte da Europa, dificultando o exercício do jornalismo<sup>86</sup>, mas não impediu que as gazetas tivessem sucesso (Sousa, 2008; pp. 82-83).

O modelo normativo e funcional inglês de jornalismo nasceu já no final do século XVII, após a aprovação da Declaração de Direitos em 1689, que decretava tolerância política e religiosa e reconhecia o Parlamento como a sede do governo. No entanto, até à consolidação de uma atmosfera acolhedora de liberdade de pensamento e de expressão, a Inglaterra atravessou períodos de controlo da imprensa, sob o regime da censura e de licenças prévias para a impressão. Em 1655, Oliver Cromwell, que havia liderado a oposição à Coroa durante a guerra civil, após a qual assumiu o poder e governou de forma autoritária e severa, proibiu todos os jornais, exceto a revista pró-Commonwealth *Mercurius Politicus*, autorizando ainda o lançamento do *The Publick Advertiser* em 1657, o primeiro jornal dedicado exclusivamente a anúncios publicitários. A Restauração da Monarquia em 1660 reforçou o controlo sobre a imprensa, com o rei a permitir a publicação de apenas dois periódicos e a monopolizar a imprensa através do licenciamento de uma única empresa. James II proibiu novamente os jornais, com exceção do *Publick Occurrences Truly Stated*, que estava ao serviço da monarquia, tendo sido publicado somente durante 1688. Após a Revolução Gloriosa, que aconteceu nesse mesmo ano e destituiu James II, e a publicação da Declaração de Direitos no ano seguinte, lançaram-se as bases para o modelo britânico<sup>87</sup>, assente na liberdade formal de imprensa e num sistema

---

<sup>85</sup> Os jornais franceses *Mercure Français* e *La Gazette* existiram ao serviço do Estado, a partir de 1624 e de 1631, respetivamente (Sousa, 2008; p. 82).

<sup>86</sup> Algumas publicações chegaram a ser publicadas de forma clandestina (Sousa, 2008; p. 83).

<sup>87</sup> Este modelo era replicado na Holanda e a Suécia também era relativamente tolerante para com a imprensa na época (Sousa, 2008; p. 87).

jornalístico alicerçado em publicações especializadas em temas diversos<sup>88</sup> (Sousa, 2008; pp. 83-87). Ainda assim, a censura prévia no Reino Unido só terminou em 1695, quando o Parlamento deixou expirar a Lei de Impressão (*Printing Act*), mas a discussão sobre os limites da liberdade de expressão ficou entregue aos tribunais, onde foram levantadas acusações de difamação sediciosa e os réus considerados culpados de tais casos enfrentaram uma série de sanções e viram ser aplicados meios de censura pós-publicação. O governo não pretendia acabar com a repressão de obras questionáveis e/ou da oposição, nem abrir mão dos meios de influenciar a imprensa, normalmente através de medidas económicas como o imposto do selo e a “compra” de jornalistas complacentes por meio de subvenções (Wilke, 2013; *online*).

O combate às tentativas de controlo da imprensa tornou-se frequente em séculos posteriores, “sempre que a tirania ameaçou a liberdade” (Sousa, 2008; p. 88). Aliás, logo no século XVIII, o clima de mudança que se vivia ajudou à própria consolidação e ampliação do sistema jornalístico. Naquela que foi a época marcada pelas ideias iluministas, a Europa viu nascer o conceito de espaço público moderno, também denominado de esfera pública, que se concretizava, primeiramente, nos debates racionais sobre temas variados, desde a política à cultura, ocorridos em cafés, clubes e salões, transferindo-se depois para os meios impressos. Deste modo, a imprensa funcionava, segundo Jorge Pedro Sousa (2008), como “a primeira grande instância mediadora na configuração do espaço público moderno” (p. 90), sendo que a disseminação da imprensa política de partido pela Europa continental foi um grande contributo para esta noção. Porém, ao passo que o Reino Unido<sup>89</sup> cultivava a liberdade de imprensa, subsistiam fortes mecanismos de controlo à imprensa no resto do continente, como a concessão de licenças e taxas e a institucionalização da censura (Sousa, 2008; pp. 88-95).

---

<sup>88</sup> Destacaram-se os jornais políticos de partido (conhecidos como *party press*), pois visavam não apenas noticiar, como também argumentar e, até, arregimentar partidários para uma determinada causa, adquirindo pela primeira vez a reputação de “instrumentos a usar na arena pública e na luta política pelo poder, no quadro de discussões racionais e livres sobre os problemas” (Sousa, 2008; p. 87).

<sup>89</sup> Formalmente, não existiam muitas limitações à liberdade de imprensa no Reino Unido. Mas, na prática, eram aplicadas “taxas sobre o conhecimento”, pagas por empresários pela edição, venda de jornais e inclusão de anúncios, que impunham restrições legais e económicas ao exercício dessa liberdade e ao usufruto da imprensa pela generalidade da população, dado o preço elevado dos jornais. Ao mesmo tempo, quer os governos ingleses, quer a oposição, fundavam e/ou financiavam publicações para servirem os seus fins propagandísticos. Também chegaram a ser decretadas restrições à movimentação dos jornalistas e à divulgação de notícias. Portanto, à imagem do que aconteceu na Europa continental, só passados bastantes anos se assistiu à verdadeira democratização e massificação da imprensa britânica (Sousa, 2008; p. 92).

O território francês representava o sinal mais evidente da necessidade de uma rutura radical da Europa continental com a monarquia absolutista, sendo que as funções de controlo se concentravam na autoridade real de censura. No período entre 1742 e 1789, chegaram a existir 367 censores, uma vez que, à medida que o movimento iluminista ganhava mais adeptos, eram impostas regras cada vez mais rígidas para suprimir a publicação de textos subversivos. A meio do século, contudo, foi adotada uma atitude mais liberal: desde que não houvesse calúnia ou argumentos censuráveis, os textos podiam ser publicados, tornando possível até imprimir ilicitamente alguns textos proibidos em França e imprimir outros num país estrangeiro e importá-los – o que foi tolerado devido ao benefício económico. Esta conjuntura viabilizou a circulação das ideias iluministas e antimonárquicas (Wilke, 2013; *online*), que tornaram o período anterior à Revolução Francesa<sup>90</sup> jornalisticamente efervescente, especialmente através do florescimento da imprensa política de partido no país. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, surgida no contexto da revolução em agosto de 1789, veio oferecer liberdades formais aos meios impressos (Sousa, 2008; pp. 95-96), descrevendo no seu artigo 11: “A livre comunicação de pensamentos e opiniões é um dos direitos mais preciosos do homem: qualquer cidadão pode, portanto, falar, escrever, imprimir livremente, exceto para responder pelo abuso dessa liberdade, nos casos determinados pela lei<sup>91</sup>” (Wilke, 2013; *online*). Esta garantia foi sistematizada pela constituição republicana francesa adotada em 1791, mas os líderes revolucionários rapidamente restringiram a liberdade de expressão e de imprensa. Em 1792, foram proibidos os jornais monárquicos e, um ano depois, os jacobinos (revolucionários radicais) silenciaram os jornais dos girondinos (moderados) e fundaram publicações propagandísticas, como *Le Journal de la Republique* e *Le Journal des Hommes Libres*. Ao mesmo tempo, foi reintroduzida a censura prévia para suprimir a oposição. Somente a constituição francesa de 1795 voltou a reconhecer o direito à liberdade de imprensa; porém, a nova legislação sentenciou o fim de vários jornais. Com Napoleão Bonaparte a tomar o poder em 1799, o período revolucionário terminou e foi instituído um modelo autoritário de imprensa, que voltou a implementar a licença e a censura prévias. O número de jornais franceses permitidos pelo governo acabou reduzido a quatro ao fim da primeira década do século XIX, todos com um perfil editorial informativo-

---

<sup>90</sup> Por recearem a propagação das ideias e valores oriundos da Revolução Francesa, que fez colapsar a monarquia absolutista em apenas três anos, vários países europeus endureceram os mecanismos de licença e censura prévias sobre a imprensa no final do século XVIII, sendo exemplos a Áustria, os Estados Pontifícios, a Espanha, a Dinamarca e o Sacro Império Romano-Germânico.

<sup>91</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

propagandístico (*La Gazette de France, Le Moniteur* (o menos alinhado dos quatro), *Le Journal de Paris* e *Le Journal de l'Empire*). Mais tarde, o imperador francês chegou ainda a fundar dois jornais, um propagandístico e outro especializado em temas militares (Sousa, 2008; pp. 96-97; Wilke, 2013; *online*).

Anos antes, as colónias britânicas norte-americanas iniciaram uma revolução que culminou na fundação de uma nova nação e trouxe uma perspetiva renovada sobre a liberdade dos homens. Após a publicação da Declaração de Independência dos Estados Unidos da América em 1776<sup>92</sup>, o congresso norte-americano definiu e aprovou dez emendas à Constituição, vulgarmente conhecidas como *Bill of Rights*. Com entrada em vigor em 1791, a primeira emenda assegura, até ao presente, a liberdade de expressão e de imprensa nos EUA (Sousa, 2008; p. 99).

#### 4.4. Da contemporaneidade ao advento da internet

Embora um período bastante conturbado, o século XIX marcou a entrada da imprensa jornalística na contemporaneidade. Entre os vários fatores para os desenvolvimentos significativos que o jornalismo sofreu na altura, ganharam relevo as inovações tecnológicas trazidas pela Revolução Industrial – como o telégrafo, o telefone e a prensa mecânica –, a construção de novas vias (estradas e caminhos-de-ferro) e o aparecimento das agências noticiosas, pois aceleraram os fluxos noticiosos e facilitaram a implementação de uma rede de correspondentes. Neste contexto, assistiu-se, por um lado, ao florescimento da imprensa política de partido pela Europa e pela América Latina; e, por outro, ao aparecimento da imprensa popular noticiosa<sup>93</sup> nos EUA, caracterizada pela primazia à notícia, pelo discurso acessível e por ser formalmente independente. A imprensa política – elitista e relativamente unificada em virtude das semelhanças quer entre os diferentes jornais (exceto, por vezes, nos conteúdos), quer entre os protagonistas dos debates – dominou o espaço público durante as primeiras décadas dos anos Oitocentos; numa segunda fase, esse espaço público tornou-se mais participativo, mas menos racional e

---

<sup>92</sup> Ainda antes dos EUA, a Suécia tornou-se o primeiro país a consagrar legalmente o princípio da liberdade de imprensa (Sousa, 2008; p. 87).

<sup>93</sup> Reunindo características das folhas volantes, dos livros noticiosos e das gazetas, os jornais do tipo tabloide ficaram conhecidos como a *penny press* pelo seu baixo custo, que contrastava com o preço elevado dos jornais políticos, inacessíveis, por seu turno, ao cidadão comum (Sousa, 2008; pp. 105-106).

mais emotivo, graças à progressiva democratização educacional, social e política, sobretudo com a expansão do direito de voto à classe operária e restantes cidadãos. Tendo em vista a necessidade de comunicar com os cidadãos-votantes, os partidos políticos fizeram-se valer dos meios jornalísticos através do aperfeiçoamento de técnicas de manipulação dos jornalistas<sup>94</sup> e do desenvolvimento de uma retórica demagógica e populista. Por conseguinte, a relação entre políticos e jornalistas complicou-se, principalmente na Europa, o que se deveu não à existência de publicações assumidamente políticas e partidárias, mas sim à imprensa popular de massas que, alegando um jornalismo livre, independente e predominantemente noticioso, se tornou promotora de interesses políticos, penetrando, de igual forma, os territórios da representação política institucional<sup>95</sup> (Sousa, 2008; pp. 100-107).

A imprensa popular de massas, tratando-se já da segunda geração da penny press, era sustentada por empresas que ambicionavam mais o lucro do que o benefício político, mas esta atitude liberal no campo mediático propiciou quer o debate político de ideias e medidas governamentais, quer a disseminação de correntes ideológicas extremistas – desde o nacionalismo ao marxismo. No final do século XIX, observava-se, então, uma radicalização da vida política e do próprio discurso dos jornais, enquanto se estabeleciam “laços promíscuos entre jornalistas e políticos” (Sousa, 2008; p. 110) e a imprensa se convertia no teorizado “Quarto Poder”. Além de a independência da comunicação social ficar comprometida, agudizavam-se os apetites pelo seu controlo, pois passou a ter um papel essencial na construção social da realidade (Sousa, 2008; pp. 107-112).

A censura ao jornalismo intensificou-se, de facto, no século XIX, particularmente na cobertura de conflitos armados. Despindo-os da auréola de epopeia, o jornalismo de guerra evidenciou o sofrimento e a dor vividos por civis e militares. Os primeiros indícios da complicada relação entre jornalistas, políticos e até militares surgiram no decorrer da Guerra da Crimeia<sup>96</sup>, para a qual foram enviados os primeiros repórteres (e fotojornalistas)

---

<sup>94</sup> Jorge Pedro Sousa (2008) indica que os jornalistas seriam, por vezes, colocados ao serviço de interesses políticos, como, por exemplo, para destruir carreiras ou testar a receptividade pública de determinadas medidas políticas (p. 103).

<sup>95</sup> Por outras palavras, “se os políticos usaram e usam os jornalistas e os meios jornalísticos, estes últimos, ao repercutirem correntes de opinião, também exerceram e exercem pressão sobre os políticos, levando-os, por vezes, a tomarem as medidas que mais ecoam na opinião pública e não as medidas racionalmente mais adequadas” (Sousa, 2008; p. 104).

<sup>96</sup> Iniciada em 1853 e estendendo-se até 1856, opôs o Império Russo ao Reino Unido, à França, ao Reino da Sardenha e ao Império Otomano, numa tentativa de impedir as intenções expansionistas russas.

de guerra por jornais ingleses (Sousa, 2008; pp. 114-115). A população passou a conhecer a face mortal da guerra, mas o governo britânico deparou-se com a dificuldade em limitar o direito de as autoridades manterem secretas as suas atuações, para não prejudicar as estratégias militares, e o direito de os cidadãos serem pontualmente informados sobre os acontecimentos na frente de batalha (Schneider, 1999; p. 145). Desta forma, os conflitos oitocentistas que se seguiram – a Guerra Civil dos EUA (1861-1865), a Guerra Franco-Prussiana (1870-1871) e a Guerra Hispano-Americana (1898) – obtiveram maior cobertura da imprensa, muitas vezes censurada e propagandista, chegando a enganar o povo com notícias falsas sobre triunfos que não aconteceram (Sousa, 2008; pp. 116-123).

Similarmente, as agências Reuter, Havas e Wolff, que detinham o monopólio do fluxo internacional da informação no final do século XIX, aplicavam um sistema de censura prévia às agências nacionais com que estavam coligadas, de modo a evitar a difusão de notícias contrárias, respetivamente, aos interesses de Londres, Paris e Berlim ou dos grupos económicos aos quais estavam vinculadas. Não poucas vezes, estes interesses sobrepunham-se aos da aliança por elas formada, pois constituíam um dispositivo relevante das estratégias internacionais dos seus países. Da mesma forma, os governos nacionais implementavam a censura telegráfica sobre as agências dos seus Estados, especialmente em situações de instabilidade, crise e guerra, contribuindo ainda mais para a ameaça sobre a hegemonia informativa internacional das três grandes agências (Sousa, 2008; pp. 132-134).

A França do século XIX viu a lei da imprensa sofrer mudanças constantes. À rígida regulamentação de Napoleão Bonaparte, seguiu-se uma relativa liberalização expressa na Carta Constitucional de 1814, instituída por Luís XVIII. Um dos artigos do documento garantia aos franceses o direito de expressarem as suas opiniões publicamente e de as imprimirem “em conformidade com as leis que devem reprimir os abusos dessa liberdade<sup>97</sup>” (Wilke, 2013; *online*). Sucedeu-se uma nova lei em outubro do mesmo ano, que implementou a censura prévia a textos com mais de 20 páginas e sujeitou-os a autorização real. Em 1830, Luís Filipe I fez vigorar novamente a Constituição de 1814, mas aplicou imposições financeiras aos jornais durante todo o seu governo e, a partir de 1835, implementou uma censura repressiva à imprensa, ao teatro e a desenhos, caricaturas e livros. A Revolução de Fevereiro de 1848 pôs fim à censura prévia no território francês,

---

<sup>97</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

acabando por ser retomada dois anos mais tarde, previamente à queda da Segunda República. A subida ao poder de Napoleão III em 1851 tornou-o chefe do Segundo Império Francês a partir do ano seguinte, quando reintroduziu medidas restritivas à liberdade de imprensa; todavia, sob pressão de uma oposição crescente, concedeu liberdade de impressão e aboliu a censura prévia em setembro de 1870, já no decorrer do conflito com o Reino da Prússia, altura em que surgiram múltiplos jornais de orientação política. A Guerra Franco-Prussiana viria a acabar em 1871 com a derrota francesa e posterior proclamação da Terceira República, após a queda de Napoleão III. Inicialmente, a Assembleia Nacional de Bordéus assumiu o governo, enquanto a Comuna de Paris tentou uma rebelião. Por isso, a censura foi novamente instituída nesse ano. Volvida uma década, é finalmente publicada uma lei de imprensa que garantia a sua liberdade: além de suprimir a licença prévia para impressão de jornais, impunha o direito de resposta e retificação – um meio de defesa para o cidadão contra os abusos da liberdade de imprensa – e outorgava aos tribunais comuns a competência de julgar crimes de abuso da liberdade de imprensa (Sousa, 2008; pp. 154-164; Wilke, 2013; *online*).

A intensificação da censura durante o século XIX não impediu o desenvolvimento da imprensa nem o seu sucesso entre os cidadãos, o que favoreceu, em parte, a cedência dos governos a mais liberdades e facilidades aos jornalistas e jornais. O governo britânico, por exemplo, também retirou as restrições que dificultavam a proliferação dos jornais, eliminando as taxas sobre a publicidade, o selo e o papel. No entanto, o contexto oitocentista contribuiu igualmente para o aparecimento de jornais patrióticos que exaltavam a ideia de liberdade e independência dos povos, sobretudo em países fora da Europa ocupada. Essas publicações estariam na génese da disseminação das ideias nacionalistas que provocaram dois conflitos de escala mundial no século XX (Sousa, 2008; pp. 154-156).

No que concerne à legalização formal, a luta pela liberdade de imprensa no Ocidente parecia ter sido vencida no final do século XIX, ainda que os seus limites continuassem a ser contestados em muitos países (Wilke, 2013; *online*). Nada fazia prever que o século XX traria outra reversão radical nessa luta, mas a verdade é que a própria imprensa, especialmente a imprensa popular europeia, alimentou o discurso radical, populista e demagógico que se refletiu na política. O nível e a racionalidade do debate político saíram prejudicados com a crescente orientação lucrativa dos *media*, contribuindo para o aumento

das tensões e da instabilidade internacional, apesar do êxito comercial da imprensa. Com o elevado consumo de informação, a influência dos meios de comunicação cresceu de tal forma que converteu o jornalismo num alvo central para os governos, principalmente no despoletar das guerras mundiais: se, por um lado, os conflitos do século anterior provaram que a falta de controlo da imprensa dificulta o controlo dos custos políticos das guerras, por outro lado, mostraram que o controlo sobre a informação pode ser uma arma propagandística relevante, mesmo que nem sempre tenha os melhores resultados para os seus promotores. Assim, a primeira medida que os Estados beligerantes tomaram quando a I Guerra Mundial deflagrou em 1914 foi a instituição de censura sobre a imprensa, seguida da criação de entidades dedicadas à propaganda<sup>98</sup> (Sousa, 2008; pp. 174-182).

A liberdade de imprensa foi suspensa na Alemanha após a declaração de guerra em 1 de agosto de 1914. No dia anterior, o chanceler Theobald von Bethmann-Hollweg já havia indicado 26 temas sobre os quais era proibido reportar, desde questões militares no sentido mais restrito a informações em relação à economia, ao transporte, etc., consideradas pertinentes para o conflito. A aplicação destas disposições ficava ao encargo dos escritórios de censura das autoridades militares, que não exerciam apenas a censura prévia, como também procuravam influenciar diretamente o conteúdo das reportagens. A imprensa alemã, por reconhecer a necessidade de defesa do Estado, acatou a censura com bastante facilidade. Inicialmente, o controlo sobre os jornalistas exercia-se sem grandes atritos, mas, à medida que o país se aproximava da derrota (sobretudo após a intervenção norte-americana no conflito), a propaganda alemã não hesitou em difundir notícias falsas. Esta demora em investir na propaganda prejudicou as autoridades alemãs, pois, contrariamente à sua vontade, os jornais germânicos formaram uma corrente de opinião antiguerra (Sousa, 2008; pp. 182-183; Wilke, 2013; *online*).

Da parte dos Aliados, logo na eclosão do confronto, a França suspendeu a liberdade de imprensa e implementou a censura prévia, que prevaleceu até 1919 através de entidades como a assessoria de imprensa do Ministério da Guerra, o Departamento de Informação das Forças Armadas e a Casa da Imprensa, estabelecida pelo governo em 1916 como sede da propaganda. Já o governo britânico instaurou um princípio de que os jornais

---

<sup>98</sup> A propaganda recorria à imprensa e a cartazes para propagar notícias, muitas vezes falsas, alegando brutalidades cometidas pelos oponentes, sendo não poucas vezes documentadas com fotografias (truncadas). A imprensa usava também cartoons e caricaturas, com o objetivo de ridicularizar e minorar os opositores através da exposição cruel dos seus defeitos (Sousa, 2008; p. 182).

só poderiam receber informação da frente de batalha por intermédio de militares dedicados a essa tarefa, mas alguns jornalistas chegaram a ser admitidos na frente aliada a partir de 1915, por pressão dos EUA, tendo visto o seu trabalho permanentemente censurado. Contudo, dadas as tentativas malsucedidas do exército britânico em impedir a imprensa de prejudicar a imagem do próprio país em conflitos anteriores, a Grã-Bretanha não implementou nenhuma lei de censura. Em vez disso, o Gabinete de Imprensa do Estado foi atualizado para um centro de controlo da política de informações do governo em relação à imprensa e o Parlamento aprovou uma série de leis que proibiam a publicação de informação falsa e de segredos militares e a promoção do descontentamento<sup>99</sup>, o que levou à prática da autocensura no Reino Unido durante o conflito (Sousa, 2008; p. 182; Wilke, 2013; *online*).

A atuação das agências Havas, Reuter e Wolff também foi afetada. Convertidas em agentes de propaganda dos Estados beligerantes, chegaram a receber subvenções estatais que, a par com o elevado volume de notícias sobre a guerra, fizeram aumentar os lucros da atividade, ao passo que os governos camuflavam a propaganda sob a capa das notícias. Essa cumplicidade oficiosa fez com que as grandes agências noticiosas europeias perdessem credibilidade e reputação junto do público, que consumia “informação censurada e, por vezes, distorcida ou mesmo falsa” (Sousa, 2008; p. 253), o que ditou o rompimento da denominada Tripla Aliança.

O ano de 1933 viu emergir ao poder alemão os nacional-socialistas, que passaram a governar sob um sistema rígido de controlo que incluía todos os meios de comunicação. Ainda que a censura prévia nunca tenha sido instituída, foram tomadas medidas que produziram o mesmo efeito: primeiro, os jornais comunistas e social-democratas foram extintos através de decretos de emergência; seguiu-se uma lei que revogou os direitos fundamentais da Constituição de Weimar; os jornais liberais da classe média foram financeiramente assediados, chegando alguns a ser comprados e expropriados pelo Estado nazi para seu benefício; e o acesso à profissão de jornalista foi restringido por meio da Lei do Editor. Adicionalmente, os jornalistas foram obrigados a ingressar na Câmara da Cultura

---

<sup>99</sup> Os jornais que violaram estas disposições chegaram a ser processados e suprimidos temporariamente, mas a cooperação dos meios de comunicação com o Gabinete de Imprensa foi tão eficaz que tornou desnecessárias as medidas preventivas. Assim, a imprensa britânica conseguiu manter a sua liberdade durante a guerra e expressar críticas aos militares e ao governo (Wilke, 2013; *online*).

do Reich ou numa das suas afiliadas, enquanto o Ministério da Propaganda do *Reich*<sup>100</sup>, dirigido por Joseph Goebbels, assumiu a tarefa de influenciar as perceções da população e reativou ou intensificou o sistema de briefings de imprensa. Houve ainda uma intervenção na agência Wolff, que foi nacionalizada e fundida com outra agência noticiosa, criando a DNB (Sousa, 2008; p. 186; Wilke, 2013; *online*).

Similarmente à Alemanha, um partido fascista chegou ao poder em Itália ainda em 1922, sob liderança de Mussolini, que transformou um regime liberal numa ditadura de líder e de partido único. As novas leis suprimiram a liberdade de opinião e de imprensa, mas a institucionalização da propaganda ocorreu apenas na década de 1930, seguindo o exemplo do regime nazista alemão (Wilke, 2013; *online*). Ao mesmo tempo, iniciava-se a Guerra Civil espanhola em 1936, que fez despontar o regime autoritário de Francisco Franco. Em 1938, ainda em plena guerra civil, o jornalismo espanhol ficou sujeito a uma lei que instituía a censura prévia e proibia a circulação de informação contrária à ideologia católico-nacionalista do governo (Sousa, 2008; pp. 183-184). A imprensa passou a depender largamente do Ministério da Informação, que tinha o poder de não aprovar e até de destituir o diretor de um jornal, enquanto a criação de novos periódicos estava sujeita a registos obrigatórios na Direção-Geral de Imprensa (Carvalho, 1973; p. 97).

Por outro lado, o regime czarista da Rússia chegava ao fim com a Revolução de Outubro<sup>101</sup> dos Bolcheviques, em 1917. No poder desde 1547, os czares mantiveram controlos de pré-publicação, embora tenha começado a haver uma crescente liberalização após a morte do czar Nicholas I em 1855. Contudo, os bolcheviques reintroduziram a censura, fundando, para esse propósito, a instituição central Glavlit em 1922 (Wilke, 2013; *online*).

Consequentemente, o cenário político europeu da década de 1930, a par com fatores externos – como o militarismo japonês contra a China, por exemplo – esteve na base de um novo conflito global. A nível jornalístico, a cobertura da Segunda Guerra Mundial foi fortemente alimentada pela instituição de organismos vocacionados para a propaganda. A

---

<sup>100</sup> O Ministério da Propaganda do *Reich* detinha a tutela de todas as atividades comunicacionais: imprensa, rádio, cinema, teatro e artes (Sousa, 2008; p. 186).

<sup>101</sup> Também conhecida como Revolução Vermelha, tratou-se da segunda fase da Revolução Russa de 1917, após a Revolução de Fevereiro do mesmo ano. Liderados por Lenin, a insurreição dos bolcheviques traduziu-se no fim da República Russa e na criação da Rússia Soviética, constituinte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) em 1922.

Alemanha aprendeu a lição após a Primeira Guerra Mundial e tornou a propaganda um recurso central neste conflito. Por isso, o Ministério da Propaganda do *Reich* formou várias companhias de soldados jornalistas-propagandistas, conhecidas como *Propagandakompanien* e encarregadas da produção de documentários, notícias (inclusive reportagens audiovisuais) e fotografias, o que tornava a informação difundida ideologicamente orientada. Mas, do lado dos aliados, especialmente os EUA e o Reino Unido, a estratégia propagandística teve contornos diferentes. Distanciando-se da doutrinação ideológica, usaram as entidades de propaganda para fornecer à imprensa informação objetiva sobre a evolução da guerra, ainda que visada pela censura. Este método permitiu que a propaganda aliada ganhasse credibilidade junto da população, que apoiou as respetivas autoridades (Sousa, 2008; pp. 185-187).

No epílogo do conflito, face à necessidade de o terminar rapidamente, os aliados procuraram beneficiar da credibilidade construída inicialmente e difundiram programas de rádio na Alemanha que misturavam notícias verdadeiras com notícias falsas. Goebbels, por seu lado, respondeu com uma campanha que alertava os alemães “para o perigo de aniquilamento da Alemanha e de morte de toda a população caso ocorresse uma rendição incondicional aos aliados” (Sousa, 2008; p. 187).

Com a vitória dos aliados na II Guerra Mundial em 1945, o mundo encontrava-se dividido em dois grandes blocos que impunham dois modelos de jornalismo distintos: por um lado, o bloco democrático-capitalista, focalizado nos EUA e na Europa Ocidental, onde subsistia um modelo jornalístico ocidental, baseado no modelo britânico de jornalismo do final do século XVII; por outro lado, o bloco socialista-ditatorial, centralizado na União Soviética e com segundo foco de poder na China, onde existia um modelo jornalístico socialista que moldou o jornalismo soviético desde a Revolução Russa. Após o colapso da União Soviética em 1991, foi adotado o modelo de jornalismo ocidental em grande parte dos países de Leste, apesar de permanecerem alguns traços de autoritarismo que reprimem o jornalismo aí exercido, sendo a Rússia um exemplo (Sousa, 2008; p. 187).

A segunda metade do século XX ainda viu perdurar algumas ditaduras, inclusivamente na Europa, com as publicações e os jornalistas sujeitos à censura e a licenças prévias. A Alemanha viu a liberdade de imprensa ser reintroduzida na República Federal após a II Guerra Mundial, mas na República Democrática Alemã ainda existiu um

sistema de controlo alicerçado no exemplo soviético, que persistiu até à unificação alemã em 1990 (Wilke, 2013; *online*). A ditadura franquista espanhola, extinta somente em 1975, chegou a abolir a censura, mas a posterior legislação da imprensa manteve o mesmo rigor, desde limitações à fundação de novos jornais e ao exercício do jornalismo até à obrigatoriedade de proceder à entrega de vários exemplares da publicação antes da sua distribuição e ao agravamento das sanções previstas – que levavam, por vezes, a uma rigorosa censura interna (Carvalho, 1973; pp. 98-99). Mesmo os EUA, enquanto enfrentavam a União Soviética na Guerra Fria – que durou entre 1947 e 1991 –, chegaram a implementar uma censura militar e política durante os conflitos no Vietname e na região do Golfo Pérsico, que tiveram coberturas jornalísticas enviesadas pelos meios de comunicação norte-americanos (Birkner, 2019; p. 253).

Precisamente durante a Guerra Fria, surgiu um dispositivo que veio alterar o jornalismo: a internet. Apesar da evolução da rádio e da televisão, todos os meios jornalísticos migraram para a internet, produzindo conteúdos de acesso livre, pago ou condicionado. Surgiram, também, vários órgãos de comunicação exclusivamente digitais, ao passo que a imprensa escrita, a rádio e a televisão convergiram gradualmente para a internet, reinventando-se nela e fundando o jornalismo multimédia (Sousa, 2008; pp. 192-194). No entanto, a internet oferece igualmente novas maneiras de os governos controlarem o jornalismo e a atividade *online* dos seus cidadãos, o que serviu de mote a debates sobre uma nova forma de censura, agora aplicada na internet: a cibercensura (Birkner, 2019; pp. 253-254).

## **SECÇÃO 3**

### **CIBERCENSURA: O CONTROLO DA ERA DIGITAL**

## 5. Cibercensura: nova forma de controlo da informação na era digital

À semelhança dos desenvolvimentos tecnológicos de épocas anteriores, o aparecimento da internet transformou o exercício do jornalismo. Através da exploração de potencialidades como a hipertextualidade<sup>102</sup>, o multimédia, a interatividade, a personalização e a instantaneidade, não só emergiram narrativas e práticas inovadoras, como também novos géneros e novas linguagens. Por conseguinte, vários órgãos jornalísticos – impressos, televisivos e radiofónicos –, a fim de aumentar o interesse pelos conteúdos veiculados no meio original e de promover a participação do consumidor, migraram para o ciberespaço e reconfiguraram-se de modo a responder às exigências do novo meio. Pode então dizer-se que a internet passou a funcionar como suporte convergente dos *media*, garantindo uma disseminação mais rápida e global da informação (Sousa, 2002; *online*).

Porém, o advento da internet também fez surgir novos mecanismos de controlo da informação, sobretudo após o fenómeno das redes sociais, que em muito contribui para problemas como a desinformação, a partilha de conteúdo sem intermediação jornalística, a falta de segurança nas trocas de informação e até a sobre-informação (Sousa, 2008; pp. 240-242). A era digital apresenta agora desafios distintos para os direitos humanos e para a democracia (Shahbazz & Funk, 2020; p. 1), apesar de os *media*, a liberdade de expressão e a liberdade de informação serem reconhecidos há muito tempo como princípios da governação da internet<sup>103</sup> (UNESCO, 2018; p. 58). Segundo Philip Bennett e Moises Naim (2015), houve mesmo quem argumentasse que o nascimento da internet prenunciava a morte da censura, mas a verdade é que muitos governos contornam diariamente os seus efeitos libertadores (*online*).

Esse facto contraria duas crenças do pensamento contemporâneo sobre o jornalismo: a primeira, de que a internet é a força mais poderosa para perturbar os *media* noticiosos; e a segunda, de que a internet e as ferramentas comunicacionais por ela geradas – como o YouTube, o Facebook e o Twitter – estão a transferir o poder dos governos para a

---

<sup>102</sup> Inventado em 1965 por Ted Nelson, um especialista em computação dos EUA, o hipertexto é um conceito que dá acesso interativo e não linear a dados de todos os tipos, referindo-se à lógica subjacente dos links criados num texto ou numa imagem exibida no ecrã de um dispositivo, seja computador, telemóvel ou outro. Permite a migração instantânea de um arquivo ou servidor de dados para outro, selecionando determinado texto ou imagem (UNESCO, 1997; p. 292).

<sup>103</sup> Estes princípios estão incluídos na Declaração de Genebra de 2003 e na Cimeira Mundial sobre a Sociedade de Informação em Túnis, no ano de 2005 (UNESCO, 2018; p. 58).

sociedade civil e para *bloggers* ou meros utilizadores. Isto porque “os governos estão a ter tanto sucesso quanto a internet em perturbar os meios independentes e em determinar as informações que chegam à sociedade<sup>104</sup>” (Bennett & Naim, 2015; *online*). Aliás, em países pobres e/ou com regimes autocráticos, as políticas do governo chegam a sobrepor-se à internet na definição de como a informação é produzida e consumida, e por quem. Ou seja, se, por um lado, a internet oferece novas maneiras de difundir informação, inclusive informações classificadas pelos governos como confidenciais, por outro, proporciona aos governos novas maneiras de controlarem a atividade *online* dos seus cidadãos (Birkner, 2019; p. 254) – ainda que, teoricamente, as novas tecnologias tornem mais difícil, senão impossível, para os governos controlar o fluxo de informação (Bennett & Naim, 2015; *online*).

Apesar de diferentes políticas governamentais e de abordagens divergentes na adesão a tratados internacionais de direitos humanos, são vários os países que, desde a década de 1990, têm adotado legislação sobre cibercensura<sup>105</sup>. Assim, com o rápido crescimento do uso da internet, a censura neste meio tem-se tornado cada vez maior, sendo que, na sua complexidade, compreende vários aspetos que têm que ver com a sua estrutura e aplicação, com o comportamento dos seus utilizadores e com o controlo do Estado, juntamente com fatores que variam com base no contexto socioeconómico e político do país em questão (Bitso *et al.*, 2013; pp. 5-6).

### 5.1. Justificações para a implementação de cibercensura

Como já referido, a internet desencadeou uma mudança ampla no contexto da informação, possibilitando, na atualidade, a comunicação instantânea de qualquer pessoa com um grande público internacional. É universalmente aceite que as tecnologias de informação e comunicação – das quais a internet passou a fazer parte – podem aumentar de forma significativa o exercício de direitos fundamentais, tais como a liberdade de expressão, o acesso à informação ou a liberdade de imprensa. No entanto, estes direitos podem ser gravemente afetados por essas mesmas tecnologias – sobretudo pela internet –, com o desrespeito pela vida privada e pelo sigilo da correspondência, ou até mesmo pela

---

<sup>104</sup> Tradução livre a partir do original em inglês.

<sup>105</sup> Também designada de censura cibernética ou censura eletrónica (Bitso *et al.*, 2013; p. 4).

dignidade do ser humano. Consequentemente, passou a existir um debate sobre as limitações aceitáveis em relação ao discurso e à expressão individual no novo meio (Bitso *et al.*, 2013; p. 7).

Devido, principalmente, à sua natureza global e sem fronteiras, não existe uma entidade única ou um governo único que rege a internet. Após tornar-se popular e profusamente acessível e barata em meados da década de 1990, a disponibilidade de certos tipos de conteúdo na internet, largamente definidos como ilegais e prejudiciais, converteu-se no foco de muitos governos, agências reguladoras e organizações internacionais. Por essa razão, de modo a resolver problemas relacionados com o conteúdo da internet, muitos países passaram a introduzir novas leis ou a alterar legislação existente, pois se, antigamente, a informação era disseminada mais a nível local e nacional – tendo, por isso, visibilidade limitada –, hoje em dia, pode ser distribuída e acedida mundialmente através da internet (Bitso *et al.*, 2013; p 7).

A cibercensura pode ser praticada por universidades, escolas, empresas ou pais, podendo até existir autocensura, mas os governos continuam a ser os principais responsáveis pelo controlo da informação, agora (também) no *online*. Na base da sua aplicação, estão motivações como a proteção de crianças, da moral e da segurança pública e dos objetivos políticos e o silenciar de racistas e discurso de ódio (Bitso *et al.*, 2013; pp. 5-6). Assim, apesar de os governos reconhecerem que os benefícios da internet superam os seus aspetos negativos, defendem igualmente que estes últimos não podem ser ignorados, pois são vistos como questões urgentes de interesse público, político, comercial e jurídico (Cohen, 1997; p. 13).

No livro *Censorship and the Regulation of Speech on the Internet*, Cohen (1997) abordou essas questões que justificam a censura na internet, categorizando-as segundo uma variedade de preocupações, tais como: segurança nacional (fabrico de armas, drogas ilegais e proteção contra o terrorismo); proteção de menores (abuso, formas de marketing, violência e pornografia); proteção da dignidade humana (incitação ao ódio racial ou discriminação); segurança económica (fraude, pirataria de cartões de crédito); segurança da informação (*hacking* malicioso); proteção de privacidade (comunicação não autorizada de dados personalizados, assédio eletrónico, *spam*); proteção de reputação (difamação, publicidade comparativa ilegal); e propriedade intelectual (distribuição não autorizada de

obras protegidas por direitos de autor, como música, *software*, livros, filmes, etc.)<sup>106</sup>. A esta listagem, Maherzi (1997) acrescenta as doutrinas negacionistas ou pró-nazi (p. 236).

Todavia, alguns governos vão além de garantir um ambiente seguro com vista aos interesses e preocupações previamente mencionados. Em determinados casos, chegam a fazer parte das informações sujeitas a cibercensura questões de dissidência política e partidos de oposição, reformas políticas, legais e governamentais, direitos das minorias e conteúdos étnicos, direitos das mulheres, saúde pública, movimentos religiosos, *sites* comerciais, jogos de apostas, conteúdo relacionado à sexualidade e ferramentas da internet – como redes sociais, sites de e-mail, pesquisa, tradução e protocolo de voz, serviço de telefone, entre outros. Não obstante, as estruturas legais e regulamentares, incluindo as da internet, o estado do acesso e da infraestrutura da internet, o nível de desenvolvimento económico e a qualidade das instituições governamentais são fundamentais para determinar quais países recorrem à cibercensura, e como (Bitso *et al.*, 2013; pp. 6-13).

## 5.2. Ciberespaço, internet e web

Para melhor compreender os métodos de cibercensura, importa, em primeiro lugar, distinguir um conjunto de conceitos que, não poucas vezes, se confundem entre si, nomeadamente ciberespaço, internet e web, explicando depois o seu funcionamento, já que o mecanismo que bloqueia a informação pode atuar em qualquer etapa do sistema da internet.

Em *World communication report: the media and the challenge of the new technologies*, Maherzi (1997) definiu ciberespaço<sup>107</sup> como “uma nova forma de espaço

---

<sup>106</sup> Apesar de a lista não mencionar a questão da desinformação propriamente dita, é essencial chamar a atenção para os seus perigos. A liberdade ilimitada da publicação de informações na web pode significar que a informação partilhada é, muitas vezes, desprovida de um processo de revisão – especialmente em páginas que não são de meios noticiosos regularizados –, havendo *websites* que, mesmo com uma aparência profissional, podem conter informações tendenciosas, incorretas ou perigosas. Por outras palavras: são de credibilidade questionável (Bitso *et al.*, 2013; pp. 8-9). Há quem defenda a aplicação de cibercensura nestes casos, especialmente para proteger crianças que mais dificilmente saberão distinguir fontes confiáveis de fontes dúbias, mas a verdade é que se trata de algo que pode acontecer com pessoas de qualquer faixa etária e/ou segmento populacional.

<sup>107</sup> Conceito inventado em 1984 por William Gibson no seu romance de ficção científica, *Neuromancer* (Maherzi, 1997; p. 290).

virtual em que o mundo inteiro está conectado por meio de sistemas a cabo, satélites e redes globais, como a internet<sup>108</sup> (p. 290).

A internet<sup>109</sup>, por sua vez, é definida como uma “rede de comunicação global formada pela interconexão de todas as redes IP<sup>110</sup> [protocolo de internet] do mundo<sup>111</sup>” (Maherzi, 1997; p. 293). Bitso *et al.* (2013) são menos técnicos, referindo-se à internet como “um sistema de comunicação global social, cultural, comercial, educacional e de entretenimento, cujo propósito legítimo é beneficiar e capacitar os utilizadores *online*, reduzindo também as barreiras para a criação e distribuição de conteúdo em todo o mundo<sup>112</sup>” (p. 6). Por isso, embora seja semelhante aos métodos tradicionais de comunicação, difere de muitos por ser precisamente a maior rede de comunicação global, totalmente descentralizada e de fronteiras invisíveis, oferecendo uma extensa gama de serviços, dos quais os mais conhecidos são a World Wide Web, as redes sociais, as plataformas de notícias e os serviços de e-mail (Bitso *et al.*, 2013; p. 7; Maherzi, 1997; p. 293).

A World Wide Web, desenvolvida por Tim Berners-Lee e vulgarmente conhecida apenas por web, designa um sistema hipermédia<sup>113</sup> que possibilita a exibição de documentos eletrónicos interligados por ligações de hipertexto, permitindo o *design* de páginas (*home pages* ou *websites*) que orientam os utilizadores da internet a navegar pela rede para consultar documentos e outros conteúdos. O desenvolvimento dos serviços na web é determinado por três fatores que, posteriormente, permitem o envio de conteúdo multimédia pela internet: o poder de processamento e a velocidade dos computadores conectados a eles; a capacidade de taxa de transferência do canal de transmissão que usam; e a taxa de compactação de dados possível para os documentos de origem (Maherzi, 1997; pp. 293-298). Portanto, a web é dependente da internet, mas o contrário já não acontece.

A conexão à internet pode ser feita a partir de dispositivos como o telemóvel, o tablet ou o computador. Quando é feita essa conexão, seja em casa, no trabalho, na escola,

---

<sup>108</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>109</sup> A internet teve uma antecessora, a rede Arpanet, desenvolvida na década de 1960 pelo Departamento de Defesa dos Estados Unidos da América (Maherzi, 1997; p. 293).

<sup>110</sup> Na sigla em inglês, Internet Protocol.

<sup>111</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>112</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>113</sup> *Software* de hipertexto que permite aos utilizadores da internet combinar texto, gráficos, áudio e vídeo num computador (Maherzi, 1997; p. 297).

num café ou em qualquer local onde seja possível aceder à internet, o dispositivo fica conectado através de um Provedor de Serviços de Internet (ISP)<sup>114</sup>. Este, por seu lado, atribui ao dispositivo um endereço IP – semelhante a um endereço postal, dado que é usado para identificar o dispositivo e transportar informações. Os *sites*, de forma equivalente aos dispositivos, também possuem endereços IP. Daí que, quando navegamos por uma determinada página da web, estamos a solicitar informações de um endereço IP específico. Mas, como os endereços IP são difíceis de lembrar, o Sistema de Nomes de Domínio (DNS)<sup>115</sup> permite que sejam associados a “nomes de domínio” legíveis pelos utilizadores. Assim, quando se escreve um determinado nome de domínio (*site*) no navegador, o dispositivo usado envia-o para um servidor DNS selecionado, que devolve uma mensagem com o endereço IP do servidor que hospeda o nome de domínio pesquisado. O navegador envia então um pedido ao ISP do dispositivo do utilizador para se conectar ao endereço IP do *site*. Esta solicitação passa por uma série de routers, em que cada um encaminha uma cópia da solicitação a um router mais próximo do destino até chegar a um que encontre o dispositivo específico necessário. A mensagem do *site* para o utilizador viaja por outros dispositivos: cada um deles, ao longo de um caminho, pode ser referido como um “salto”; o número de saltos é o número de dispositivos com os quais a mensagem do utilizador entra em contacto nesse percurso, sendo geralmente entre 5 e 30. O dispositivo final envia informações de volta para o utilizador, permitindo que o seu navegador envie o URL completo e receba os dados para exibir a página.

Ora, para enviar pacotes de informação de servidor para servidor, os ISPs devem contar com protocolos de internet definidos, juntamente com a infraestrutura nacional e internacional que suporta tais conexões. Este conjunto de estruturas e convenções é comumente referido como o *backbone* da internet (isto é, pela sua “espinha dorsal”), composto também por grandes instalações de equipamentos de rede, que são interligados por meio de cabos de fibra ótica e satélites – o que permite a comunicação entre utilizadores da internet em diferentes países e continentes. Provedores de internet, nacionais e internacionais, agregam-se a este *backbone* através de routers, por vezes

---

<sup>114</sup> Na sigla em inglês, Internet Service Provider.

<sup>115</sup> Na sigla em inglês, Domain Name System.

conhecidos como *gateways*, que são conexões que permitem que redes distintas comuniquem entre si<sup>116</sup>.

### 5.3. Métodos de cibercensura

A cibercensura, ou censura na internet, pode assumir várias formas. Mesmo no domínio técnico, comporta uma infinidade de ferramentas e estratégias para impedir que determinadas informações cheguem aos utilizadores da internet. Contudo, visam, cada vez mais, normalizar (ou mesmo legalizar) o controlo da internet (Bitso *et al.*, 2013; p. 15), podendo ocorrer em diferentes pontos do sistema da internet, desde redes inteiras, certas portas, domínios individuais ou mesmo palavras-chave específicas identificadas por *software* de filtragem.

É relevante notar que, apesar de os governos serem os principais implementadores de cibercensura e poderem definir o que bloquear e aplicar o processo tecnológico de bloqueio, eles podem também criar legislação, incentivos extralegais ou políticas para obrigar empresas tecnológicas “independentes”, como as empresas provedoras de serviços de internet ou corporações de *software*, a realizar o bloqueio e a vigilância para eles. Se considerarmos, por exemplo, os ISPs, estes podem ser possuídos e geridos diretamente por um Estado, ou podem estar na posse de empresas provedoras de serviços de internet de natureza privada, mas que cumprem as exigências censórias do governo, recebendo em troca a oportunidade de continuar a fazer negócios nesse país.

Fabricantes privados de *software*, por seu lado, podem ser os fornecedores de tecnologia e de experiência para implementar a censura imposta pelos governos, sendo o perigo maior quando essas parcerias são feitas com regimes não democráticos.

A fim de se poder contornar adequadamente a cibercensura ou criar uma política eficaz, é necessário identificar as técnicas<sup>117</sup> específicas de censura na internet. Um dos

---

<sup>116</sup> Informação disponível em:

<https://townsendcenter.berkeley.edu/blog/internet-censorship-part-1-technology-working-web> [acedido em 22 de outubro de 2020].

<sup>117</sup> A análise abrangente de ferramentas e de tecnologia de cibercensura é baseada em Murdoch & Anderson (2008; pp. 59-65), Cádima (2017; p. 71) e no artigo *Internet Censorship (Part 2): The Technology of Information Control*, disponível em: <https://townsendcenter.berkeley.edu/blog/internet-censorship-part-2-technology-information-control> [acedido em 22 de outubro de 2020].

principais métodos é a filtragem de cabeçalho TCP<sup>118</sup>/IP, ou bloqueio de IP, segundo o qual o router do censor pode inspecionar o endereço IP e o número da porta do destino. Quando um governo tem controlo sobre os provedores de serviços de internet, pode colocar na lista negra certos endereços IP de *sites* que não são do seu agrado. A solicitação de acesso a um *site* é monitorizada por dispositivos de vigilância, que verificam o pedido consoante os endereços IP inseridos na lista negra. Assim, se o destino pesquisado for encontrado numa lista negra, a conexão é interrompida ou redirecionada para uma página que indica que o acesso ao *site* é negado. Esta medida pode resultar num bloqueio excessivo porque alguns servidores usam o mesmo endereço IP para *sites* diferentes.

Por outro lado, também existe filtragem de TCP/IP aplicada ao conteúdo, seja de palavras-chave ou de pacotes. Sendo um processo semelhante à filtragem de cabeçalho, é, no entanto, bastante complexo e consumidor de muitos recursos. No caso de um governo desejar bloquear todas as informações sobre determinado tema, a mera filtragem do IP pode ser um problema, devido ao facto de serem criados imensos *sites* diariamente, tornando impossível manter uma lista atualizada de *sites* de conteúdo proibido<sup>119</sup>. Tornou-se então recorrente a filtragem do Localizador Uniforme de Recursos (URL)<sup>120</sup>, a partir da verificação da sequência de caracteres para palavras-alvo. Ou seja, se o URL incluir termos proibidos, a conexão será redefinida. Na filtragem de pacotes – uma estratégia ainda mais refinada e sofisticada –, os dados enviados pela internet, após serem agrupados em pequenas unidades chamadas de pacotes e retransmitidos de computador para computador através de routers, são examinados em busca de palavras-chave proibidas ou de padrões presentes na lista negra. Aí, a comunicação identificada como portadora de conteúdo proibido pode ser interrompida ao impedir a conexão. Posto isto, os utilizadores podem receber uma de várias mensagens de erro nos seus navegadores da web, sem nenhuma indicar explicitamente que estão a ser censurados. Nesta situação, o foco não está somente no conteúdo, mas também no destino e na proveniência dos pacotes.

A manipulação dos DNS acontece quando as autoridades de um país têm controlo sobre os servidores de nomes de domínio, podendo “cancelar” o registo de um domínio que

---

<sup>118</sup> Na sigla em inglês, Transmission Control Protocol. Em português, significa Protocolo de Controlo de Transmissão, sendo um dos protocolos de comunicação que suportam a internet, complementar ao IP.

<sup>119</sup> Pode ser bloqueado apenas o acesso a páginas web específicas, em vez de *sites* inteiros, como ocorre com a filtragem do endereço IP ou na manipulação do DNS).

<sup>120</sup> Na sigla em inglês, Uniform Resource Locator.

hospeda conteúdo que desagrade o governo. Normalmente, os servidores de nomes de domínio são acedidos pelos dispositivos dos utilizadores da internet para recuperar o endereço IP correspondente a um determinado domínio. Adulterando o DNS, a resolução do nome de domínio pode falhar, dado que o router irá enviar de volta uma resposta incorreta que não contém o endereço IP correto e, portanto, a conexão falha, tornando o *site* invisível para os utilizadores que procuravam acedê-lo.

Já a filtragem de servidor *proxy* de Protocolo de Transferência de Hipertexto (HTTP)<sup>121</sup>, um método mais poderoso do que os referidos até agora, refere-se aos casos em que os utilizadores da internet são forçados a usar *proxies* de HTTP atribuídos para aceder à internet. Desta forma, se esses *proxies* forem a única maneira de aceder à internet e forem controlados pelo governo, podem monitorizar todo o tráfego que passa por eles, podendo filtrar páginas individuais com base em palavras-chave proibidas.

Porém, como o mecanismo anterior é frequentemente exigente, foi concebido um processo de filtragem híbrida de TCP/IP e de servidor *proxy* de HTTP, que usa apenas filtragem de servidor *proxy* de HTTP para uma lista de endereços IP conhecidos por terem conteúdo proibido. Se algum desses endereços IP for acedido, o tráfego é redirecionado para um *proxy* HTTP transparente, que inspeciona o fluxo transferido e filtra qualquer conteúdo banido.

Os ataques de negação de serviço (DoS)<sup>122</sup> visam tornar um servidor ou uma infraestrutura indisponível. Podem ser lançados no servidor hospedeiro e, geralmente, ocorrem devido à existência de um grande número de dispositivos a solicitar os serviços de um servidor específico. Ao sobrecarregá-lo com muito tráfego, faz com que o servidor e a sua conexão parem.

A remoção do servidor, por sua vez, acontece quando uma empresa que hospeda um servidor específico, através de métodos legais, extralegais ou de pressão, o derruba e desconecta da internet. O dono do servidor pode ser capaz de transferir o seu conteúdo para outra empresa de hospedagem em poucas horas, mas somente se estiver prevenido da existência de uma cópia *backup*.

---

<sup>121</sup> Na sigla em inglês, Hypertext Transfer Protocol.

<sup>122</sup> Na sigla em inglês, Denial of Service.

Quanto ao método de vigilância, trata-se da monitorização técnica constante através de transferências de registo entre o hospedeiro e o utilizador da internet. Se o conteúdo banido for encontrado no fluxo transferido, podem ser tomadas ações legais ou extralegais contra o utilizador, o hospedeiro ou ambos. Este tipo de atos pode desencadear uma sensação de medo: de um lado, para o hospedeiro, fazendo com que se abstenha de publicar determinado conteúdo; e, do outro lado, para o utilizador, fazendo com que hesite em aceder ao mesmo.

Os sistemas de propaganda digital, ou de contrainformação, garantem desde o bloqueio de caixas de comentários ao controlo e à produção de conteúdos falsos ou com objetivos políticos determinados, de modo a inverter o sentido do discurso quando este é inconveniente ao poder político. Nesta estratégia, as ferramentas analíticas de moderação de conteúdo são geridas por *robots* que criam tópicos nas redes sociais, a partir da redistribuição massiva de mensagens ou da criação de perfis falsos para despistar qualquer identificação da origem da manipulação.

Exemplos menos comuns são a modelagem de tráfego, que pode ser usada por governos ou empresas para atrasar o acesso a alguns *sites*, dando a impressão enganosa de que os *sites* são lentos ou não confiáveis; a exigência, por parte de governos, que os computadores pessoais dos utilizadores já incluam *software* que filtre o conteúdo da internet; e ainda a cobrança de taxas elevadas pelo acesso à internet ou a restrição do seu acesso a populações selecionadas.

Por fim, existem ainda técnicas sociais, como a exigência de mostrar identificação com foto antes de usar computadores públicos ou normas sociais ou religiosas que forcem os utilizadores da internet a evitar abrir determinado conteúdo. Porém, permanecem meios não técnicos como uso da força e intimidação por meio de ameaças, violência, processos judiciais e vigilância *offline*, dirigidos especialmente a jornalistas *online*, ciberativistas e *bloggers*. Estas técnicas contribuem para aumentar a autocensura, igualmente praticada por moderadores de fóruns de discussão *online* que muitas vezes removem contribuições que poderiam levar ao bloqueio dos seus *sites* (Zittrain & Palfrey, 2008; p. 2).

## 6. A coexistência da cibercensura com a censura tradicional no século XXI

Tal como descrito ao longo da secção 2, a censura tradicional baseava-se na inspeção do conteúdo dos meios de comunicação, prévia ou posteriormente à sua publicação, por parte de censores designados pelos governos. As notícias eram suprimidas, cortadas ou alteradas, para que apenas as informações não sujeitas a censura chegassem ao conhecimento do público. Jornais dissidentes ou da oposição chegaram a ser encerrados ou a ver-se proibidos de publicar temporariamente, ao passo que jornalistas e editores incómodos para o poder eram enviados para exílio, presos ou assassinados.

Com o surgimento da internet, o jornalismo tornou-se maioritariamente *online* a partir do início da década de 1990 e a censura seguiu-o. A filtragem, o bloqueio e a manipulação de informação substituem agora as rasuras a lápis. Alguns governos impedem o acesso a páginas da internet que não são do seu agrado, redireccionando os utilizadores para *sites* que parecem independentes, mas que, na verdade, são por eles controlados; influenciam também a conversa em grupos de discussão nas redes sociais através da participação de funcionários treinados – muitas vezes conhecidos por *bots*; e direccionam *hackers* anónimos para vandalizar *sites* e blogues e interromper a presença de vozes críticas na internet, desfigurando as suas contas nos *media* sociais (Bennett & Naim, 2015; *online*).

Ainda assim, embora a censura sempre tenha feito parte da história, a internet enquanto meio de comunicação de massas constitui, atualmente, uma ameaça maior ao controlo dos governos sobre a informação do que os *media* tradicionais. Em função disso, os métodos de controlo dos governos são muito mais fortes no que toca à censura na internet (Bitso *et al.*, 2013; p. 18).

Porém, a cibercensura não substitui as medidas de censura implementadas previamente ao aparecimento da internet, antes veio complementá-las. Philip Bennett e Moises Naim (2014; *online*) desenvolveram uma matriz que estabelece as ferramentas usadas pelos governos para controlar ou influenciar a produção e a disseminação de informação e opinião no século XXI, dividindo-as por quatro tipos de métodos: diretos e visíveis; diretos e ocultos; indiretos e visíveis; e indiretos e ocultos.

No que concerne às ferramentas diretas e visíveis, na sua maioria, são procedimentos que já advêm da censura tradicional, como a violência, a intimidação, a prisão e/ou o assédio direto sobre jornalistas; a legislação anti-difamação e a criminalização de críticas a altos funcionários do governo e militares; o licenciamento governamental de empresas mediáticas e de jornalistas; e ações judiciais ou ameaça de ações judiciais. A restrição, o controlo ou a limitação ao acesso a informações do governo e de funcionários públicos, ainda que também tenham sido aplicadas antes do surgir da internet, são praticadas agora de forma diferente, de acordo com técnicas de cibercensura já referidas.

Quanto aos métodos indiretos e visíveis, são aplicados sobretudo sobre as publicações. O controlo do acesso a importações, quer de papel de jornal<sup>123</sup>, quer de equipamentos gráficos ou peças de reposição, é uma estratégia que já provém da censura tradicional, a par com medidas como o acesso discriminatório a subsídios governamentais, taxas de câmbio preferenciais e crédito, pressões financeiras, desde impostos e multas a auditorias, e a indução de promessas “voluntárias” de jornalistas para não cobrirem histórias – tratando-se, por isso, de autocensura. Nesta categoria, insere-se ainda a restrição a operações de notícias estrangeiras, seja na recolha de informação ou em casos de investimento/propriedade de empresas de *media* locais por investidores estrangeiros. Restringir a cobertura de acontecimentos no estrangeiro ou a cobertura de jornalistas estrangeiros no país censor sempre foi habitual, mas não se pode dizer o mesmo das restrições ao investimento estrangeiro em empresas mediáticas locais ou nacionais, tendo em conta que a monopolização do jornalismo é relativamente recente.

Das metodologias diretas, mas ocultas aos utilizadores da internet e consumidores de informação – seja em formato impresso, áudio, audiovisual ou *online*/multimédia –, fazem parte os subornos a editores, jornalistas e empresas mediáticas e a pressão encoberta pela demissão de editores, jornalistas, colunistas, cartoonistas, apresentadores de televisão, etc., situações que já aconteciam com a censura tradicional. No entanto, introduzem-se nesta categoria duas medidas exclusivas da cibercensura: o bloqueio e/ou filtragem de conteúdo e a vigilância eletrónica de jornalistas pelo Estado – o que não impede a ocorrência de vigilância *offline*.

---

<sup>123</sup> Em meios exclusivamente *online*, esta medida não pode, obviamente, ser implementada.

Por último, os métodos indiretos e ocultos compreendem, na sua maioria, procedimentos implementados maioritariamente após o aparecimento da internet: compras secretas de empresas de *media* independentes por representantes do governo; pirataria (invasão) patrocinada pelo Estado sobre órgãos noticiosos *online*, tendo em vista perturbar ou encerrar *sites* de informação independentes; criação de fontes de notícias furtivas ou falsas; e o controlo governamental do ativismo na web por *sites*, *bloggers*, participantes em fóruns de discussão *online*, comentadores de notícias e artigos, etc. Acresce aqui a retirada da publicidade estatal, que já acontecia na censura aos meios de comunicação tradicionais, e a pressão sobre os anunciantes privados para reter ou limitar os anúncios em meios incómodos e dissidentes, agora aplicada na internet.

Como descrito acima, há muitas ferramentas de (ciber)censura ocultas, e o seu escopo torna-se difícil de avaliar por várias razões: em primeiro lugar, devido a alguns métodos de controlo dos *media* serem mascarados como perturbações de mercado; em segundo, porque, em muitos lugares, a censura é capaz de se expandir tão rapidamente quanto o uso da internet; e, por fim, pelo facto de a (ciber)censura poder parecer uma questão isolada – ainda que a internet seja um fenómeno global –, mas a realidade de muitos países sugerir o contrário (Bennett & Naim, 2015; *online*). Além disto, o bloqueio costuma ser disfarçado como um erro técnico ou um problema de conexão da internet, dificultando a perceção de qual técnica está a ser usada, quem está a bloquear ou sequer se se trata, efetivamente, de cibercensura<sup>124</sup>.

A censura furtiva é apelativa para governos que, sendo autoritários, querem parecer democracias – ou, pelo menos, não querem parecer ditaduras dos séculos passados. A maneira como o Estado institui a censura em democracias liberais reflete, reiteradamente, “a tensão entre projetar uma imagem de democracia e reprimir impiedosamente a dissidência<sup>125</sup>” (Bennett & Naim, 2015; *online*).

Alguns governos procuram diminuir essa contradição recorrendo a serviços de terceiros, remetendo a implementação da cibercensura para grupos secretamente controlados por eles. Podem, também, usar controlos de moeda para matar os editores de

---

<sup>124</sup> Informação disponível em: <https://townsendcenter.berkeley.edu/blog/internet-censorship-part-2-technology-information-control> [acedido em 22 de outubro de 2020].

<sup>125</sup> Tradução livre a partir do original em inglês.

fome, ou promover a migração de jornalistas incómodos dos principais órgãos jornalísticos para novos projetos *online*, onde há a necessidade de construir novas audiências. Isto permite que o governo mantenha controlo sobre os *media*, enquanto oculta as suas impressões digitais (Bennett & Naim, 2015; *online*).

### 6.1. O combate à cibercensura

Similarmente ao que acontecia no passado, para cada governo que consegue controlar o livre fluxo da informação ou reprimir jornalistas, existe um contraexemplo que luta pelo livre acesso a informação e pela liberdade de expressão e da imprensa. São vários os cidadãos que procuram, a cada dia, contornar ou minar os controlos oficiais, pressionando os governos por transparência, responsabilidade, acesso à informação pública e maior poder de participação da sociedade nas decisões públicas. Esta luta, longe de terminar, terá resultados que irão variar de país para país ao longo do tempo (Bennett & Naim, 2015; *online*).

À medida que os cidadãos enfrentam governos autocráticos, vão-se servindo da inovação tecnológica permanente, que cria opções que permitem uma neutralização da censura governamental – mesmo quando o poder adota tecnologias que aumentam a sua capacidade de censurar. Muitos utilizadores da internet conseguem aceder a *sites* bloqueados usando *proxies* da web no exterior, ou seja, dispositivos intermediários que recuperam páginas da web em nome dos utilizadores, com vista a obter uma maior eficiência e proteção da privacidade. Por muito que os governos estejam prevenidos das tecnologias de censura mais sofisticadas, é difícil localizar e filtrar cada serviço *proxy*. As redes virtuais privadas (VPN)<sup>126</sup>, para uso individual dos utilizadores e que podem ser executadas nos seus computadores pessoais em qualquer lugar do mundo, são outra ferramenta que pretende contornar a filtragem de *sites*, sendo igualmente difícil para os governos conseguirem bloquear o acesso a todas as VPN (Bitso *et al.*, 2013; p. 12).

---

<sup>126</sup> Na sigla em inglês, Virtual Private Network.

## 7. A liberdade de imprensa mundial em 2020

Nos dias que correm, não obstante as imensas ONG internacionais que informam e trabalham diretamente questões relacionadas às liberdades de informação, de expressão e de imprensa, inclusive na internet, a Repórteres Sem Fronteiras (RSF) destaca-se pela publicação anual do Índice Mundial da Liberdade de Imprensa<sup>127</sup>. Publicado desde 2002, o índice tem como principal objetivo avaliar as condições para o livre exercício do jornalismo em 180 países. Para isso, realiza um questionário *online* com 87 perguntas que estudam fatores como o pluralismo, a independência dos meios de comunicação, o ambiente mediático e a autocensura, a qualidade da legislação que rege o setor, a transparência e a qualidade da infraestrutura que sustenta a produção de informação. A segurança dos jornalistas também é analisada, mas por uma rede de especialistas, dividida por áreas geográficas, que monitoriza os casos de violência cometidos contra os jornalistas e os *media*. Desta avaliação, são atribuídas pontuações entre 0 e 100 pontos, sendo que os países que obtêm um coeficiente entre 0 e 15 pontos estão numa boa situação, entre 15.01 e 25 pontos estão numa situação relativamente boa, de 25.01 a 35 pontos enfrentam uma situação sensível, de 35.01 a 55 pontos estão numa situação difícil e de 55.01 a 100 estão numa situação grave. Assim, segundo os resultados deste ano, dos 180 países avaliados, apenas 8 por cento estão numa boa situação, 18 por cento estão numa situação satisfatória, 35 por cento enfrentam uma situação sensível, 26 por cento estão numa situação difícil e 13 por cento atravessam uma situação grave para a liberdade de imprensa. Ou seja, mais de 50 por cento dos 180 Estados encontram-se, no mínimo, numa situação problemática.

A análise à liberdade de imprensa em 2020 identifica cinco crises que comprometem o futuro do jornalismo: geopolítica, tecnológica, democrática, de confiança e económica. A estes cinco tipos, acresce agora uma crise sanitária, devido à pandemia de COVID-19, que está a acelerar o declínio dramático na liberdade global da internet (Shahbaz & Funk, 2020; p. 1). Prova dessa correlação são os sistemas de censura massivos instaurados por países como a China (177.º lugar, com 78.48 pontos) ou o Irão (173.º lugar, com 64.81 pontos), focos da pandemia. Mesmo no continente europeu, o primeiro-ministro da Hungria (89.º lugar, com 30.84 pontos) aprovou uma lei chamada “coronavírus”, que prevê um máximo de cinco anos de prisão para quem disseminar informações falsas.

---

<sup>127</sup> Informação analisada e retirada do *website* da Repórteres Sem Fronteiras. Disponível em: <https://rsf.org/pt> [acedido em 25 de outubro de 2020].

A crise geopolítica é alimentada por líderes e regimes ditatoriais, autoritários ou populistas que limitam o acesso à informação e não permitem o pluralismo e o jornalismo independente. Os regimes autoritários ocupam as últimas posições do índice anual da RSF, sendo exemplos a China, promotora de uma “nova ordem mundial da informação” marcada por um modelo de cibercensura da informação. A própria crise sanitária do coronavírus demonstra os efeitos negativos das práticas censórias adotadas pelo regime chinês para o mundo inteiro, tendo em conta que o vírus já existia há mais tempo do que a altura em que o país começou a contabilizar casos da doença. A Arábia Saudita (170.º lugar, com 62.14 pontos) e o Egito (166.º lugar, com 56.82 pontos), a seguir à China, são as maiores prisões do mundo para jornalistas. A Rússia (149.º lugar, com 48.92 pontos) investe em meios cada vez mais sofisticados para controlar as informações na internet, enquanto a Índia (142.º lugar, com 45.33 pontos) impôs à Caxemira (uma região disputada a par com a China e o Paquistão) o toque de recolher eletrónico mais longo da história. O Egito tem justificado o bloqueio de *sites* e a retirada de credenciais de imprensa com a alegada disseminação de “notícias falsas”.

Quanto à crise tecnológica, a ausência de regulamentações adequadas à era digital e global da comunicação criou um caos informacional. Propaganda política, publicidade, boatos e jornalismo estão em concorrência direta, desequilibrando as garantias democráticas de liberdade de expressão. Este contexto torna-se, assim, favorável à adoção de leis perigosas que, sob o pretexto de limitar a difusão de notícias falsas, permitem uma maior repressão do jornalismo independente e crítico. Semelhante a Singapura (158.º lugar, com 55.23 pontos), o país africano de Benim (113.º lugar, com 35.11 pontos) introduziu uma nova lei que, em vez de combater a desinformação e o crime cibernético, pode ser usada para restringir abusivamente a liberdade de informação. A pandemia veio piorar a situação, alargando-a à disseminação de rumores e informações falsas tão rapidamente quanto o vírus. Exércitos de *trolls* estatais na Rússia, na China, na Índia, nas Filipinas (136.º lugar, com 43.54 pontos) e no Vietname (175.º lugar, com 74.71 pontos) fazem uso da desinformação nas redes sociais.

No que toca à crise democrática, constatada em edições anteriores do Índice, é provocada pelo crescimento da hostilidade e até do ódio contra jornalistas, instigados por políticos e seus apoiantes. Atos de violência têm sido cada vez mais graves e frequentes, inclusive em alguns países tidos como democráticos. Donald Trump nos EUA (45.º lugar,

com 23.85 pontos) e Jair Bolsonaro no Brasil (107.º lugar, com 34.05 pontos) são exemplos de chefes de Estado eleitos democraticamente, mas que continuam a desvalorizar a imprensa dos respetivos países.

As crises referidas anteriormente são as fortes causadoras da crise de confiança que abala os meios de comunicação, acentuando-se a suspeição de propagação de informações não confiáveis. Esta desconfiança abala os jornalistas, que se tornam os alvos privilegiados da raiva dos cidadãos durante grandes manifestações que se multiplicaram em todo o mundo no último ano, especialmente no Médio Oriente – como o Iraque (162.º lugar, com 55.37 pontos) e o Líbano (102.º lugar, com 33.19 pontos) – e na América do Sul – como o Chile (51.º lugar, com 27.31 pontos), a Bolívia (114.º lugar, com 35.37 pontos) e o Equador (98.º lugar, com 32.62 pontos). No continente europeu, a França (32.º lugar, com pontos) chegou a ter situações de jornalistas vítimas de violência policial, e em Espanha (29.º lugar, com 22.16 pontos), Áustria (18.º lugar, com 15.78 pontos), Itália (41.º lugar, com 23.69 pontos) e Grécia (65.º lugar, com 28.80 pontos) os jornalistas têm sido atacados por grupos nacionalistas ou de extrema-direita. Os talibãs do Afeganistão (122.º lugar, com 37.70 pontos) e alguns fundamentalistas do budismo na Birmânia (139.º lugar, com 44.77 pontos) têm imposto as suas ideias aos meios de comunicação de forma violenta.

Por fim, a crise económica deriva dos impactos profundos que a transformação digital trouxe (e traz) para a imprensa. Fatores como a queda das vendas, o colapso das receitas de publicidade e o aumento dos custos de fabrico e distribuição, devido ao aumento do preço das matérias-primas, levam muitas redações a demitir jornalistas em massa – o que causa impacto na liberdade editorial dos *media* dos diferentes continentes, mas também acentua a sua monopolização e concentração, provocando conflitos de interesse que ameaçam o pluralismo e a independência dos jornalistas. A Argentina (64.º lugar, com 28.78 pontos) é um exemplo deste fenómeno, mas também o Japão (66.º lugar, com 28.86 pontos), onde as redações continuam muito dependentes dos conglomerados *keiretsu*, que favorecem os interesses económicos sobre a independência editorial, e Taiwan (43.º lugar, com 23.76 pontos), onde a lógica comercial da informação promove a polarização e o sensacionalismo.

## CONCLUSÃO

Atualmente, num sentido lato do termo, a censura pode definir-se como um processo de coação da liberdade de expressão, sendo tão censória a proibição de dizer como a obrigação de dizer (Rodrigues, 1985; pp. 1-2). Como se pôde aferir no corpo deste trabalho, a capacidade de controlar o que as pessoas expressam no discurso ou na escrita e de proibir determinados conteúdos é geralmente legitimada pelo poder do Estado ou pelas autoridades religiosas (Birkner, 2019; p. 251). Mas é importante ressaltar que a censura também se exerce através de discursos, práticas e mecanismos em constante mutação, que implicam negociação e compromisso, não se limitando às instituições e suas atividades (Melo, 2016; p. 479). A este propósito, Maria Manuel Ribeiro (2009) considera que “liberdade de imprensa ou censura rígida são dois conceitos de difícil delimitação”, pois “dependem essencialmente de quem tem poder para o fazer, pelo menos na prática” (p. 73). Ainda que, ao longo da história da imprensa, a sua regulamentação alterne entre a censura prévia e a restrição legal do abuso de liberdade de imprensa, a razão que impele o poder – seja ele qual for – a controlá-la é sempre a mesma: a sua competência em informar e refletir amplamente a opinião pública (Ribeiro, 2009; p. 73).

De forma adicional à censura prévia, em que o material é controlado e/ou censurado previamente à sua publicação, e à censura repressiva, em que o material é cerceado posteriormente à sua publicação, existem outras formas de censura que adquiriram igual relevância com o passar do tempo: a censura *ad hominem*, que visa obliterar uma individualidade por meio dos mecanismos já referidos; a repressão via polícias e penalizações logísticas, como a apreensão de material armazenado ou o fecho de tipografias (Melo, 2016; pp. 476-477); a censura económica, com especial influência junto dos meios de comunicação e exercida pelos empresários e administradores dos mesmos; a autocensura, “produto do medo por represálias ou problemas<sup>128</sup>” (Raaum, 1989; p. 17) e determinada ou pela censura económica ou pela censura oficial; e a censura social, moral ou ideológica, exercida principalmente por determinados segmentos da sociedade civil (Melo, 2016; pp. 478-479).

Se, nos dias que correm, o foco e o grau da censura diferem de país para país e podem ser evidentes em vários setores da sociedade (Bitso *et al.*, 2013; p. 4) além dos

---

<sup>128</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

meios de comunicação social, como por exemplo no teatro, no cinema ou na música, em alturas em que “outros meios de produção da opinião pública ainda não estavam desenvolvidos” (Ribeiro, 2009; p. 73), eram a literatura e sobretudo a imprensa os veículos privilegiados da luta político-ideológica.

Por outro lado, enquanto os fenómenos jornalísticos possibilitavam a democratização do acesso à informação, do conhecimento e da cultura, ajudando a formar uma consciência europeia, também contribuía para a propaganda de regimes políticos, para a uniformização das línguas nacionais e para o reforço das nacionalidades e, em último caso, dos nacionalismos (Sousa, 2008; p. 71). Particularmente na altura dos conflitos mundiais do século XX<sup>129</sup>, o controlo sobre a imprensa tornou-se uma arma propagandística relevante (Sousa, 2008; p. 181) através da criação de órgãos oficiais, “sem dúvida encarregados de informar o público, mas projetados também para ‘educar’ num sentido bastante especial da palavra<sup>130</sup>” (Siegfried, 1954; p. 5). Assim sendo, os limites entre informação, propaganda e doutrinação podiam ser, por vezes, quase indistinguíveis, o que tornava necessária uma “peneiração da informação<sup>131</sup>” (Siegfried, 1954; p. 5), a fim de distinguir a verdade da propaganda. Com este propósito presente e especialmente desde a independência dos EUA em 1776, uma imprensa livre passou a ser definida não só pela ausência da censura, mas como um “ingrediente importante da democracia<sup>132</sup>” (Birkner, 2019; p. 251).

Entretanto, o aparecimento da internet na segunda metade do século XX, em plena Guerra Fria, viabilizou um acesso à informação verdadeiramente global. Tratando-se de uma aparente tecnologia sem fronteiras, a internet compreende inúmeras capacidades de partilha de informação, mas que rapidamente deram origem a controvérsias sobre as limitações aceitáveis no discurso *online* (Bitso *et al.*, 2013; p. 14). À semelhança do que aconteceu com desenvolvimentos tecnológicos anteriores, este novo meio está enraizado na afirmação de diversos regimes autoritários da atualidade. Se, antigamente, a imprensa em papel e, mais tarde, a rádio, o cinema e a televisão serviram de veículos de transmissão de discursos e mensagens habilmente utilizados pelos poderes políticos da época para se afirmarem e doutrinarem os cidadãos, a internet, no presente, não lhes fica atrás. Ainda que

---

<sup>129</sup> Nas ditaduras do século XX de países como a Alemanha, a Itália e a União Soviética, podemos encontrar aquilo que hoje apelidamos de *fake news*, sobretudo com imagens manipuladas (Birkner, 2019; p. 252).

<sup>130</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>131</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>132</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

as tecnologias digitais constituam, tendencialmente, espaços de liberdade dos cidadãos e, por consequência, dos meios de comunicação *online*, tal só é possível num contexto político democrático, onde há limitações claras dos poderes intrusivos do Estado na esfera de autonomia individual; noutros, como ditaduras ou regimes autoritários e totalitários, estas mesmas inovações tecnológicas têm servido como sofisticados instrumentos de controlo e repressão da sociedade, coartando ou suprimindo informação veiculada por *media* independentes, *bloggers* ou meros utilizadores da internet, bem como o espaço de autonomia e liberdade do cidadão. Emergiram, portanto, métodos de cibercensura, segundo os quais o cerne depende do “contexto social e político onde é usada a tecnologia digital, não desta em si mesma” (Fernandes, 2020; *online*).

Simultaneamente, à medida que cada vez mais pessoas ganham acesso à internet, a censura do governo parece-se tornar-se um “exercício fútil<sup>133</sup>” (Roberts, 2018; p. 1). As conceções tradicionais de censura são agora insuficientes se considerarmos que, a toda a hora, inúmeros utilizadores da internet espalhados pelo mundo enviam mensagens instantâneas uns aos outros, partilhando informação proveniente das mais diversas fontes e em línguas distintas. Inclusive os maiores censores reconhecem a impossibilidade de um controlo total da informação *online* – o que não impede, porém, que gastem imenso dinheiro a tentar fazê-lo. O problema reside, ainda assim, no facto de que esses esforços de censura são, na verdade, porosos, pois são frequentemente contornados por utilizadores experientes da internet. No entanto, apenas uma minoria de cidadãos está suficientemente interessada na qualidade e na veracidade da informação disponível, sendo ainda menos aqueles que estão equipados de educação e recursos que suportem os custos da evasão à cibercensura. Por isso, estes sistemas porosos continuam a ser estrategicamente usados pelos governos autoritários, dado que, para uma larga maioria dos cidadãos – que são menos interessados em política e não estão dispostos a gastar muito tempo a informar-se –, pequenos custos de acesso e distrações do governo serão o suficiente para os desviar para informações menos perigosas para o regime no poder. Desta forma, embora seja possível aceder à maioria da informação disponível na internet, à medida que os utilizadores normais se perdem na imensidão de conteúdos da web, o seu consumo de informação é bastante influenciado pelos custos da sua obtenção (Roberts, 2018; pp. 1-5).

---

<sup>133</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

Percebe-se então que os Estados mantêm capacidades extraordinárias que lhes permitem modificar o fluxo da informação segundo os seus propósitos. A apropriação que fazem das novas tecnologias de informação e comunicação conduz a uma normalização de estratégias de cibercensura que está a contagiar, também, países democráticos. Existe um número crescente de governos que “está a minar os pesos e contrapesos que restringem os [respetivos] chefes-executivos<sup>134</sup>” (Bennett & Naim, 2015; *online*), de modo a enfraquecer as instituições que existem para evitar a concentração de poder. Num contexto como este, os órgãos de comunicação independentes não conseguirão sobreviver por muito tempo.

A internet pode, de facto, redistribuir o poder. Mas não existe uma solução tecnológica simples para os governos e respetivos líderes, determinados em concentrar o poder em si mesmos e a fazer o que for necessário para o manter. Tal como indicam Bennett & Naim (2015), “a censura irá aumentar e diminuir à medida que a inovação tecnológica e a fome de liberdade chocam com os governos empenhados em controlar os seus cidadãos, começando com o que leem, veem ou ouvem<sup>135</sup>” (*online*). Por esse motivo, é essencial não tomar os progressos tecnológicos como um bem absoluto. Somente o uso social da tecnologia, aliado ao uso político feito pelos governos, pode torná-la um benefício ou um malefício. E, nos dias que correm, são muitos os motivos de preocupação em relação à tecnologia da era digital, inclusive em democracias, face a perigos como a desinformação, as “notícias falsas”, a divulgação de informação sem intermediação jornalística – sobretudo a partir das redes sociais – e a vulgarização da partilha de teorias da conspiração, que têm conduzido aos órgãos de poder estatais figuras políticas que partilham ideias comuns de regimes ditatoriais.

---

<sup>134</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

<sup>135</sup> Tradução livre feita a partir do original em inglês.

**BIBLIOGRAFIA/FONTES CONSULTADAS**

- Agência Lusa (2007). *Agências de Notícias de Portugal*. Lisboa: Lusa - Agência de Notícias de Portugal, S.A.
- Agência Lusa (2019). *Livro de Estilo da Lusa – Agência de Notícias de Portugal*. Disponível em: <https://www.lusa.pt/Files/lusamaterial/PDFs/LivroEstilo.pdf> [acedido em 28 de fevereiro de 2020].
- Aguiar, P. (2009). Notas para uma História do Jornalismo de Agências. In Rede Alcar (Ed.), *Anais do VII Encontro Nacional de História da Mídia: 7. VII Encontro Nacional de História da Mídia*. Disponível em: <https://vdocuments.net/historia-do-jornalismo-de-agencias.html> [acedido em 26 de fevereiro de 2020].
- Bennett, P. & Naim, M. (2014). *The 21st Century Censorship Matrix*. Disponível em: [https://www.cjrarchive.org/img/posts/janfeb2015\\_censorship\\_matrix\\_large.png](https://www.cjrarchive.org/img/posts/janfeb2015_censorship_matrix_large.png) [acedido em 25 de outubro de 2020].
- Bennett, P. & Naim, M. (2015). *21st-century censorship*. Disponível em: [https://archives.cjr.org/cover\\_story/21st\\_century\\_censorship.php](https://archives.cjr.org/cover_story/21st_century_censorship.php) [acedido em 17 de outubro de 2020].
- Birkner, T. (2019). Censorship. In T. Vos & F. Hanusch (Eds.), *The International Encyclopedia of Journalism Studies* (pp. 251-255). doi:10.1002/9781118841570.iejs0106.
- Bitso, C., Fourie, I., & Bothma, T. J. (2013). *Trends in transition from classical censorship to Internet censorship: selected country overviews* [PDF]. Disponível em: [https://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/spotlights/1%20Bitso\\_Fourie\\_BothmaTrendsInTransiton.pdf](https://www.ifla.org/files/assets/faife/publications/spotlights/1%20Bitso_Fourie_BothmaTrendsInTransiton.pdf) [acedido em 5 de julho de 2020].
- Boyd-Barrett, O. (1980). *The international news agencies*. Londres: Constable & Company, Ltd.
- Boyd-Barrett, O. (2012). As agências nacionais de notícias na turbulenta era da internet. *Comunicação & Sociedade*, 33(57), 7-56. Disponível em:

- <https://www.metodista.br/revistas/revistas-ims/index.php/CSO/article/view/3149/2951> [acedido em 10 de abril de 2020].
- Boyd-Barrett, O. & Rantanen, T. (1998). *The Globalization of News* [PDF]. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=HJMvJpRXcowC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> [acedido em 27 de fevereiro de 2020].
- Cádima, F. R. (1996). *História e Crítica da Comunicação*. Lisboa: Século XXI.
- Cádima, F. R. (2013). Imprensa, Poder e Censura. Elementos para a história das práticas censórias em Portugal. *Media & Jornalismo*, 9(22), 101-129. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10362/30666> [acedido em 21 de junho de 2020].
- Cádima, F. R. (2017). *Internet e censura do Estado*. Disponível em: [https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3546/1/2.1.2\\_RuiCadima\\_CensuraEstado.pdf](https://repositorio.ual.pt/bitstream/11144/3546/1/2.1.2_RuiCadima_CensuraEstado.pdf) [acedido em 22 de outubro de 2020].
- Cardoso, G., Mendonça, S., Quintanilha, T. L. & Paisana, M. (2016). O Jornalismo e as Agências de Notícias: O desafio das redes sociais (Relatório N.º 2182-6722). Disponível no website do OberCom em: [https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/07/OBERCOM\\_2016\\_O-Jornalismo-e-as-Agencias-de-Noticias-O-desafio-das-redes-sociais.pdf](https://obercom.pt/wp-content/uploads/2016/07/OBERCOM_2016_O-Jornalismo-e-as-Agencias-de-Noticias-O-desafio-das-redes-sociais.pdf) [acedido em 27 de fevereiro de 2020].
- Carvalho, A. A. (1973). *A Censura e as Leis de Imprensa*. Lisboa: Seara Nova.
- Cascais, F. (2001). *Dicionário de Jornalismo: as palavras dos media*. Lisboa: Editorial Verbo.
- Cohen, T. (1997). *Censorship and the Regulation of Speech on the Internet*. Joanesburgo: Centre for Applied Legal Studies.
- Crato, N. (1983). *A comunicação social: a imprensa*. Lisboa: Editorial Presença.
- Cuadrado, L. A. H. (2007). *Los Acta Divrva y el Registro Periodístico*. Madrid: Dykinson.
- Elliott, P. & Golding, P. (1979). *Making the News*. Londres: Longman.
- Fangueiro, B. G. (2018). *Jornalismo de Agência na Atualidade: Reflexões de um estágio na Agência Lusa* (Relatório de Estágio de Mestrado, Faculdade de Letras da Universidade

- de Coimbra). Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/82576> [acedido em 28 de fevereiro de 2020].
- Faria, D. (1970). Agências de Informação. *Informação / Cultura Popular / Turismo*, n.º 1, pp. 17-38. Disponível em: <http://agenciasnoticiosas.blogspot.com/2012/04/para-uma-historia-das-agencias.html> [acedido em 27 de fevereiro de 2020].
- Faustino, P. (2007). *Ética e Responsabilidade Social dos Média*. Porto: Media XXI.
- Fernandes, J. P. T. (2020, outubro 20). As democracias e a tentação do fascismo digital. *Público*, *online*. Disponível em: <https://www.publico.pt/2020/10/20/sociedade/opiniao/democracias-tentacao-fascismo-digital-1935992> [acedido em 30 de outubro de 2020].
- Fernandez, P., Friédérich, É., Gunthert, A., Jeanneney, J. & Versavel, D. (2004). *L'Agence France-Presse*. Disponível em: <http://expositions.bnf.fr/afp/arret/1/index.htm> [acedido em 26 de fevereiro de 2020].
- Fidalgo, J. (2000). A Questão das Fontes nos Códigos Deontológicos dos Jornalistas. *Comunicação e Sociedade*, 14(2), 319-337. Disponível em: [http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5513/1/CS\\_vol2\\_jfidalgo\\_p31\\_9-337.pdf](http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/5513/1/CS_vol2_jfidalgo_p31_9-337.pdf) [acedido em 27 de março de 2020].
- Fidalgo, J. (Ed.). (2008). Jornalistas: a história de construção de uma profissão. In *O jornalista em construção* (pp. 100-172). Porto: Porto Editora.
- Fontcuberta, M. (1999). *A Notícia – Pistas para compreender o mundo*. Lisboa: Editorial Notícias.
- Hohenberg, J. (1995). *Foreign Correspondence: The Great Reporters and Their Times* [PDF]. Disponível em: <https://books.google.co.mz/books?id=K6HfsDw9lUsC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> [acedido em 26 de fevereiro de 2020].
- Jorge, C. (2013). *A Agência Lusa como fonte na imprensa escrita generalista portuguesa* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade

- Nova de Lisboa). Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/12082> [acedido em 28 de fevereiro de 2020].
- Lusa encerra delegações em Faro, Évora e Coimbra (2010, janeiro 18). *Jornal de Notícias*. Disponível em: <https://www.jn.pt/media/lusa-encerra-delegacoes-em-faro-evora-e-coimbra-1473057.html> [acedido em 12 de maio de 2020].
- Maherzi, L. (1997). *World communication report: the media and the challenge of the new technologies* [PDF]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000111240> [acedido em 27 de fevereiro de 2020].
- Matos, M. C. (1986). Para uma história da imprensa e da censura em Portugal nos séculos XIV a XVI. *Boletim do Arquivo da Universidade de Coimbra*, 8, 259-285.
- Melo, D. (2016). A censura salazarista e as colónias: um exemplo de abrangência. *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 16, 475-496. doi: 10.14195/1645-2259\_16\_21.
- Moreira, T. (2011). *As agências noticiosas como fonte no jornalismo online generalista: Os casos do Jornal de Notícias, Correio da Manhã, Diário de Notícias, Diário Digital e Portugal Diário* (Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Humanas e Sociais da Universidade Fernando Pessoa). Disponível em: <https://bdigital.ufp.pt/handle/10284/1978> [acedido em 28 de fevereiro de 2020].
- Murdoch, S. J. & Anderson, R. (2008). Tools and technology of Internet filtering. In R. J. Deibert, J. G. Palfrey, R. Rohozinski, & J. Zittrain (Eds.) *Access Denied: The Practice and Policy of Global Internet Filtering* (pp. 57-72). Disponível em: <https://murdoch.is/papers/opennet08tools.pdf> [acedido em 22 de outubro de 2020].
- Narciso, C. J. (2011). *A migração para o digital. A luta pela sobrevivência dos média tradicionais, num ambiente Web hostil. O caso da Agência de Notícias Lusa*. (Dissertação e Trabalho de Projeto, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa). Disponível em: <https://run.unl.pt/handle/10362/7094> [acedido em 28 de fevereiro de 2020].
- Pereira, C. V. (1986, março 28). 120 anos de história ao telex. *Expresso*. Policopiado.

- Pereira, V. S. (2008). O poder da palavra e da censura em Roma. In A. G. Macedo & M. E. Keating (Eds.), *CEHUM – Artigos em livros de atas* (pp. 233-249). Disponível em: <http://hdl.handle.net/1822/46339> [acedido em 31 de julho de 2020].
- Pigeat, H. (1997). *Les agences de presse: Institutions du passé ou médias d'avenir?* Paris: La Documentation Française.
- Puntel, J. T. (2010). *Comunicação: Diálogo dos saberes na cultura midiática*. São Paulo: Paulinas.
- Raaum, O. (1989). The Press Council in Norway: A buffer between the press and society. In UNESCO (Ed.), *The Vigilant Press: a collection of case-studies* (pp. 17-22). Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000084313?posInSet=1&queryId=7dda7316-800e-4a4a-bf14-3ef8c4892a4a> [acedido em 28 de julho de 2020].
- Rantanen, T. (2009). *When News Was New* [PDF]. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=MTeYZ6X5xpwC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> [acedido em 26 de fevereiro de 2020].
- Ribeiro, M. M. T. (2009). Imprensa: liberdade e censura nos meados de Oitocentos. In CEIS20 & CEGF (Eds.), *A História da Imprensa e a Imprensa na História: o Contributo dos Açores* (pp. 73-107). Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/39097> [acedido em 23 de maio de 2020].
- Roberts, M. E. (2018). Introduction. In Princeton University Press (Ed.), *Censored: Distraction and Diversion Inside China's Great Firewall* (pp. 1-20). Disponível em: <http://assets.press.princeton.edu/chapters/s11341.pdf> [acedido em 30 de outubro de 2020].
- Rodrigues, A. D. (1985). Figuras das máquinas censurantes modernas. *Revista Comunicação e Linguagens*, 1(1), 1-3. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/rodrigues-adriano-maquinas-censurantes.pdf> [acedido em 29 de junho de 2020].

- Salinas, R. (1984). *Agencias transnacionales de información y el Tercer Mundo*. Quito, Ecuador: The Quito Times.
- Schneider, I. S. (1999). Guerra y Comunicación: Una Relación Compleja. In J. L. Gómez Mompart & E. Marín Otto (Eds.). *Historia Del Periodismo Universal* (pp. 137-184). Madrid: Síntesis.
- Shahbaz, A. & Funk, A. (2020). *Freedom on the Net: The Pandemic's Digital Show* [PDF]. Disponível no website da Freedom House: [https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-10/10122020\\_FOTN2020\\_Complete\\_Report\\_FINAL.pdf](https://freedomhouse.org/sites/default/files/2020-10/10122020_FOTN2020_Complete_Report_FINAL.pdf) [acedido em 17 de outubro de 2020].
- Shrivastava, K. M. (2007). *News Agencies from Pigeon to Internet* [PDF]. Disponível em: <https://books.google.pt/books?id=MHujEBLJcvIC&printsec=frontcover&hl=pt-PT#v=onepage&q&f=false> [acedido em 26 de fevereiro de 2020].
- Siegfried, A. (1954). Objective news and propaganda. *The UNESCO Courier*, 7(3), 4-5. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000069871> [acedido em 17 de julho de 2020].
- Silva, A. (2001). *Agências Noticiosas: Função e Perfil*. Disponível em: <http://www.ipv.pt/forumedia/4/19.htm> [acedido em 7 de abril de 2020].
- Silva, S. (2002). *Contributo para uma história das agências noticiosas portuguesas*. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/silva-sonia-agencias-noticiosas-portugal.pdf> [acedido em 28 de fevereiro de 2020].
- Silva, S. A., Paiva, A. C., Cruz, D. G. & Cavalcante, L. F. B. (2016). A mediação do conhecimento na Idade Média: Peter Burke e Umberto Eco. In UEL (Ed.), *Compartilhamento da Informação e do Conhecimento, Anais do I COAIC* (pp. 46-59). Disponível em: <http://www.uel.br/eventos/cinf/index.php/coaic2016/coaic2016/paper/viewFile/379/235> [acedido em 4 de agosto de 2020].

- Sousa, J. P. (2002). *Jornalismo On-Line*. Disponível em: <https://www.ipv.pt/forumedia/5/13.htm> [acedido em 22 de outubro de 2020].
- Sousa, J. P. (2008). *Uma história breve do jornalismo no Ocidente* [PDF]. Disponível em: <http://www.bocc.ubi.pt/pag/sousa-george-pedro-uma-historia-breve-do-jornalismo-no-ocidente.pdf> [acedido em 28 de junho de 2020].
- Traquina, N. (1993). As Notícias. In *Jornalismo: Questões, Teorias e "Estórias"* (pp. 167-176). Lisboa: Vega.
- UNESCO (1953). *News agencies: their structure and operation* [PDF]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000073446> [acedido em 27 de fevereiro de 2020].
- UNESCO (2018). *World trends in freedom of expression and media development: global report 2017/2018* [PDF]. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000261065> [acedido em 17 de outubro de 2020].
- Wilke, J. (2013). *Censorship and Freedom of the Press*. Disponível em: <http://iegego.eu/en/threads/european-media/censorship-and-freedom-of-the-press> [acedido em 8 de julho de 2020].
- Wolf, M. (1999). *Teorias da Comunicação*. Lisboa: Editorial Presença.
- Zittrain, J. & Palfrey, J. (2008). Introduction. In J. G. Deibert, *et al.* (Eds.), *Access Denied: The Practice and Policy of Global Internet Filtering* (pp. 1-4). Disponível em: <https://www.oii.ox.ac.uk/archive/downloads/publications/RR14.pdf> [acedido em 22 de outubro de 2020].